

Águas sem rumo



Recursos hídricos O Rio Grande do Sul espera há 20 anos a aprovação de seu Plano de Recursos Hídricos, o que deve ocorrer no primeiro semestre deste ano. A criação deveria ter acontecido em 1994, um ano após

a promulgação da lei que instituiu o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Na tentativa de gerenciar os mananciais, a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) tem driblado a falta de pessoal técnico para a realização

de estudos e a concessão de outorga para a exploração de águas subterrâneas, situação que adia a recuperação da qualidade e o controle da escassez das águas no estado. **CadernoJU**

TURISMO

A expansão dos hostels no Brasil

Tradicional na Europa, os albergues ou hostels não desfrutavam de popularidade entre os brasileiros. O primeiro estabelecimento do gênero no Brasil foi criado no Rio de Janeiro por um casal de educadores e funcionou de 1965 a 1973. Porém, desde 2000, o número de albergues no país cresceu 25%. Mesclando os conceitos de hotel e pousada, eles se

tornaram os preferidos de famílias e mochileiros que desejam passear sem gastar muito. Embora sejam a melhor opção para os intercambistas em busca de novas experiências, entre os mais conservadores persiste a ideia dos albergues como sinônimo de lugares bagunçados. A reportagem do JU conheceu três desses locais da capital, verificando seus atrativos, que vão desde o

aluguel de bicicletas, passando por passeios turísticos terceirizados, até a organização de refeições com pratos típicos da culinária gaúcha. “A nossa hospitalidade é única, e a integração entre os hóspedes acaba sendo grande”, diz o proprietário de um dos albergues visitados. O baixo custo das diárias, entretanto, segue sendo o maior fator de atração aos turistas. **P5**

CRISE NA EUROPA

Jovens pagam o preço

Na opinião do professor da Universidade de Sorbonne Yann Richard, a crise econômica e financeira na Europa deve deixar como saldo milhares de jovens desempregados e o endurecimento do controle da imigração. Especialista em União Europeia e processos de integração regional, o docente acredita que a ausência de uma política comum para a

imigração legal é obstáculo à criação de normas de combate à imigração ilegal no continente. Ele também sustenta que os problemas econômicos serão maiores quanto mais o bloco se expandir a partir da integração de países pobres. Tal quadro já teve reflexo no campo da política, com o crescimento dos partidos de extrema direita. **P9**

LITERATURA

Centenário de Julio Cortázar suscita debate sobre o valor de sua obra

P13

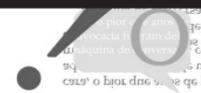
CORRIDA

Prática esportiva carece de locais adequados

P7

O legado de Mandela
Sul-africanos devem criar novo modelo socioeconômico **P10**

Bioimpressão
Tecnologia pode mudar o futuro dos transplantes **P11**



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Em sintonia com a sociedade

Iniciamos 2014 comemorando a bem-sucedida realização de mais um Concurso Vestibular, a última seleção realizada de forma integral pela instituição. Em 2015, a UFRGS irá disponibilizar 30% das vagas de ingresso pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU) do Ministério da Educação, oferecendo, assim, duas oportunidades de concorrência aos candidatos.

Mas há outros motivos para celebrar a chegada do novo ano: o estreitamento de parcerias com a sociedade por meio de projetos e convênios que posicionam a UFRGS entre as melhores universidades públicas do Brasil. Um exemplo foi a recente inauguração, em dezembro, do maior tanque da América Latina dedicado ao estudo de modelagem física de reservatórios em águas profundas. O equipamento, instalado no Câmpus do Vale, deverá ser utilizado também em estudos que envolvam a sedimentação em águas

profundas, consistindo, portanto, em um bem disponível para futuras pesquisas da comunidade universitária.

Outra importante ação de interação com a sociedade pode ser acompanhada no Caderno JU desta edição, que destaca a colaboração dos pesquisadores da Universidade no gerenciamento dos mananciais hidrográficos do estado e na elaboração do Projeto de Lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos. A reportagem também ressalta a parceria entre a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e a UFRGS, viabilizada pelo Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED-RS). Desde o início de 2013, a equipe do Centro atua na formulação de uma estratégia integrada de prevenção de riscos associados a regimes hidrológicos na bacia Taquari-Antas. Os resultados desse estudo permitirão que cada município da região elabore o seu plano de defesa.

O segundo semestre deste ano reserva desafios institucionais que exigem a dedicação de grande parcela da comunidade universitária, com destaque para a implantação do Câmpus Litoral e o oferecimento de seus primeiros cursos de graduação. Da mesma forma como trabalhamos com sucesso a expansão no projeto Reuni, iremos buscar o equilíbrio entre compromisso social, consolidação da excelência acadêmica e inclusão.

Essas e outras iniciativas têm garantido a liderança de nossa instituição para muito além dos muros que delimitam nossos espaços acadêmicos. São pontes que nos aproximam do atendimento às demandas para o desenvolvimento social e econômico do Rio Grande do Sul. Que 2014 signifique o estabelecimento de novas parcerias e de maior colaboração com os governos do estado e do município e com os diferentes setores da sociedade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecke Rasing,
Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson,
Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno
Fischer, Temístocles Américo Corrêa Cezar

Editora Ánia Chala
Subeditora Jacira Cabral da Silveira
Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso,
Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e
Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)
Diagramação Kleiton Semensatto da Costa
Fotografia Flávio Dutra (editor) e
Gustavo Diehl

Revisão Antônio Falcetta
Bolsistas Bárbara Gallo, Júlia Corrêa, Murilo
Zardo e Rafaela Pechansky (Jornalismo)
Circulação Vanessa Gastal Fernandes
Fotolitos e Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 14 mil exemplares

/jornaldauniversidade

Fique ligado no JU!

Quer ser avisado sobre as novas edições do JU? Então entre em contato pelo endereço jornal@ufrgs.br, solicitando a inscrição do seu email em nossa lista de contatos. Assim, a cada nova edição, você receberá uma mensagem e poderá buscar a edição impressa no local mais próximo ou conferir a edição online pelo endereço eletrônico issuu.com/jornaldauniversidade. Acompanhe também as novidades do JU no Facebook, em facebook.com/jornaldauniversidade.

Memória da UFRGS

LUME / UFRGS



1927-28

Vista externa do Edifício das Aulas, do antigo Instituto de Zootecnia da UFRGS, situado no bairro Agronomia.

Artigo

O Ciência sem Fronteiras e seus efeitos retroativos para as línguas

Lançado em 2011 com o objetivo de promover a internacionalização da ciência e tecnologia por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) já superou a oferta de 59 mil bolsas. Ao se falar sobre o CsF, muito se ouve no sentido de destacar as carências em relação ao conhecimento de línguas adicionais de nossos estudantes e de desqualificar como um todo o seu ensino na educação básica e superior. Essa carência é uma realidade, porém gostaria de salientar outro aspecto que o CsF traz em seu bojo: a excelente oportunidade de incentivar o aprendizado das línguas adicionais.

Por ser um país de dimensões continentais e com uma língua nacional bastante forte, o Brasil nem sempre investiu em políticas específicas voltadas ao ensino de línguas. Da mesma forma, muitos brasileiros, mesmo em contextos universitários, sequer sentiam a necessidade de estudá-las, postergando esse aprendizado para um momento ideal que quase nunca chegava. Prova disso foi a grande procura por universidades portuguesas nos primeiros editais do CsF, motivada, em grande parte, pela facilidade linguística. Como consequência, em abril de 2013, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou que as universidades portuguesas não fariam mais parte da lista de instituições de graduação do CsF a fim de estimular a aprendizagem de outras línguas pelos estudantes. O incentivo

parece ter funcionado. Um breve levantamento realizado junto a escolas de idiomas revelou grande aumento da procura por cursos intensivos de inglês e por cursos preparatórios para os exames de proficiência exigidos pelo Programa. São milhares de jovens aprendendo um idioma para poderem se candidatar ao CsF, um dos efeitos positivos, mas intangíveis, do Programa.

Em dezembro de 2012 já havia sido lançado o Programa Inglês Sem Fronteiras (IsF), visando proporcionar oportunidades de acesso a universidades de países anglófonos a universitários brasileiros. Esse programa tem hoje três frentes: a aplicação de testes de proficiência, a oferta de cursos a distância e a realização de cursos presenciais pela criação de Núcleos de Línguas – os NuLi.

Os testes de proficiência, mais especificamente o TOEFL ITP, estão sendo aplicados gratuitamente em instituições públicas de ensino superior a todos os candidatos inscritos nos editais do CsF, independentemente de serem oriundos de universidades públicas ou privadas. Somente em dezembro, houve a oferta de 18.547 vagas, distribuídas entre 58 instituições, sendo 375 dessas na UFRGS. Anteriormente, os candidatos encontravam dificuldades em realizar os testes devido ao elevado valor das inscrições e ao baixo número de instituições credenciadas, o que os obrigava, muitas vezes, a realizarem as provas em outros estados.

O módulo de ensino de inglês online, o My English Online (MEO), oferece um pacote completo de atividades interativas para o estudo da língua inglesa em qualquer horário e lugar. O MEO possui uma capacidade inicial de oferta de dois milhões de senhas de acesso. Podem ter acesso a uma senha graduando e pós-graduando dos programas de mestrado e doutorado credenciados pela Capes das universidades públicas de todas as áreas do conhecimento. Os alunos das universidades privadas precisam ter obtido a pontuação mínima de 600 pontos no ENEM para se candidatar ao curso. Em setembro de 2013, havia 7 mil alunos da UFRGS cursando o MEO.

Os NuLi são responsáveis pelo desenvolvimento de projetos de ensino presencial de língua inglesa para estudantes de graduação elegíveis ao CsF e regularmente matriculados em universidades federais. Havendo vagas, estudantes de cursos não elegíveis ao CsF poderão também ser atendidos. A expectativa é de um atendimento inicial de cerca de 20 mil alunos em 45 universidades federais, sendo 900 alunos na UFRGS.

Mas outros ganhos, nem todos diretamente tangíveis, puderam ser percebidos na implementação do IsF. O primeiro foi a criação de um networking em nível nacional com docentes de inglês de todas as instituições de ensino superior públicas, iniciativa inédita na área. Em termos locais, como os NuLi contarão com alunos dos Cursos de Licen-

ciatura em Inglês para ministrar as aulas, um grande programa de formação docente está ocorrendo nas universidades. Na UFRGS, são 20 professores bolsistas, além dos suplentes, engajados em reuniões pedagógicas semanais desde outubro do ano passado. A Universidade ainda receberá três *English Teaching Assistants* americanos por meio da parceria Capes-Fullbright. Eles participarão de atividades pedagógicas e culturais vinculadas ao IsF, beneficiando um universo abrangente de estudantes. Os NuLi também receberão verbas para montar ou modernizar laboratórios de línguas, investir em materiais pedagógicos e tecnológicos e equipar salas de aula.

Pelo exposto, creio que, mesmo sem ter sido pensado para a aprendizagem da língua inglesa, o CsF veio para alavancar e consolidar políticas fundamentais na área do ensino de línguas. Importante ressaltar que, em novembro de 2013, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou a criação dos programas Francês sem Fronteiras e Espanhol sem Fronteiras. Estima-se que este será o ano da criação do Programa Idiomas Sem Fronteiras, fortalecendo a política do ensino de várias línguas no intuito de fomentar a internacionalização das universidades brasileiras.

Simone Sarmiento
Professora do Instituto de Letras e
Coordenadora do Programa Inglês
sem Fronteiras na UFRGS

► **Redação** Everton Cardoso - Colaborou: Charles Almeida | Sugestões de matérias para esta página podem ser enviadas pelo e-mail jornal@ufrgs.br

GUSTAVO DIEHL/JU



Pesquisa em Pauta

Ciberespaço: um novo espaço público?

O Pesquisa em Pauta apresenta uma entrevista com Carolina Dalla Chiesa, mestranda em Administração da UFRGS. Ela foi vencedora do prêmio ANPAD 2013 de Melhor Trabalho da Divisão Acadêmica – Estudos Organizacionais, com o artigo “Entre lugares e não lugares: etnografia da Casa de Cultura Digital no espaço público e no ciberespaço”. A Casa da Cultura Digital (CDD) é uma organização ancorada em uma proposta de inclusão de públicos voltados às tecnologias digitais e à participação em uma agenda cultural que se alimenta e se organiza pelo meio digital.

Diferentemente das pesquisas feitas na área de administração, o trabalho da estudante procura compreender os fenômenos que acontecem na organização, como as pessoas a percebem e o que isso revela a respeito da sociedade, trazendo uma discussão sobre as práticas organizacionais e sobre a forma pela qual as pessoas falam delas.

É nesse contexto que o ciberespaço está incluído. “Procuro investigar como as coisas estão funcionando, o que as pessoas estão fazendo, como elas significam o que fazem, como entendem esse ciberespaço e como veem a internet em suas vidas”, observa.

O programa também faz reflexões sobre a ocupação do espaço público, sobre a relação entre ciberespaço e espaço público, o uso de software livre e a inclusão digital. No que tange à inclusão digital, Carolina destaca: “Acho que ela é importantíssima, não só pela questão do conhecimento ou pela maneira como utilizamos essas ferramentas, mas porque cada vez mais os meios digitais estão presentes na nossa vida”.

Para alguns, o ciberespaço é considerado um novo espaço público. Para Carolina, o ciberespaço talvez não tenha essa característica de total liberdade. Nele existem algumas restrições que precisam ser debatidas.

Jennifer Dutra, *aluna do 3.º semestre de Jornalismo da Fabico*

Assista aos programas

O programa Pesquisa em Pauta será exibido no dia 16 de janeiro, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA.

Precisão na busca por petróleo

Em dezembro, foi inaugurado na UFRGS um equipamento que permitirá novos avanços em pesquisas sobre a exploração de petróleo: o maior tanque da América Latina dedicado ao estudo de modelagem física de reservatórios em águas profundas. A construção integra o laboratório de Modelagem Estratigráfica em Grande Escala e é fruto de investimentos de R\$ 3,4 milhões da empresa anglo-holandesa Shell. A verba é contrapartida prevista pela legislação brasileira para a exploração dos recursos petrolíferos no território nacional: as empresas devem investir em pesquisa e desenvolvimento 1% da receita bruta obtida em campos que atinjam determinado nível de produção; os projetos devem ser propostos em cooperação com universidades.

O laboratório conta com recursos oriundos dos rendimentos dos campos de Bijupirá e Salema, os primeiros operados pela companhia no Brasil. De acordo com a professora do Departamento de Hidrologia e Hidromecânica da UFRGS Ana Luiza Borges, o grande benefício de ações conjuntas entre empresas e universidades é que, em vez de financiarem pesquisas genéricas, como acontecia antes, agora as companhias desenvolvem projetos nos quais têm interesse estratégico. Há um ganho mútuo. “O benefício é revertido em infraestrutura, formação de pessoal e treinamento. Isso tudo leva a Universidade a se inserir internacionalmente”, complementa.

Ana Luiza ressalta que o tanque tem em suas dimensões o grande mérito. “Já trabalhamos com sedimentação em águas profundas desde 2000 em outros tanques”, aclara. Antes, os projetos eram desenvolvidos por demanda da Petrobras,

mas o tipo de pesquisa promovida agora por solicitação da Shell exige estrutura diferente. “O que fazemos aqui é modelagem física em escala reduzida”, observa a professora sobre o tipo de experimentos conduzido no Núcleo de Estudos em Correntes de Densidade.

Conforme a investigadora, esse processo é uma maneira de reproduzir, em ambiente laboratorial, as condições e o comportamento da natureza. Para explicar, Ana Luiza faz um paralelo com a maquete de um edifício, que é para dar uma ideia de como será a construção, mas não serve como experimento propriamente dito para se executarem cálculos relativos à obra de fato. O equipamento instalado na Universidade, no entanto, permite que se façam prognósticos mais precisos. Com o intuito de entender os fenômenos hidráulicos que definem os comportamentos da água e dos sedimentos que ela carrega, é preciso reduzir em escala todos os elementos envolvidos no processo. “Tem que haver reduções das grandezas hidráulicas, como profundidade, velocidade”, acrescenta. E pontua: “Se não usarmos parâmetros dessa forma, essa redução não serve como experimento”.

Para ressaltar a importância das grandes dimensões do tanque existente na UFRGS, Ana Luiza toma o exemplo de um grão de areia: “Se usada uma redução de escala igual à utilizada para reduzir a topografia, teríamos uma poeira, não mais areia”. O comportamento do material, então, seria diferente daquele observado na natureza. “Como o tanque inaugurado é muito grande, pode-se trabalhar com areia propriamente dita. Mesmo aplicando todas as técnicas de redução

em escala, podemos conservar o material arenoso em nosso trabalho. Ficamos mais próximos do natural”, explana.

O tanque possui 35 metros de comprimento, 7 de largura e 4 de profundidade e simula um rio lançando sedimentos no mar. Esses sedimentos, basicamente areias de diferentes tamanhos, vão se acumulando de modos distintos no fundo do tanque, em várias camadas. Enquanto a areia vai se depositando, um laser faz a leitura em décimos de milímetros para dar com precisão a forma como essa sedimentação ocorre. “Aqui fazemos um processo de ‘engenharia inversa’ para definir a lógica da formação dos campos em que os hidrocarbonetos estão armazenados. O conhecimento gerado permite a formação de modelos matemáticos utilizados em estudos de exploração, que dão mais precisão e reduzem os custos”, explica a professora.

Até o momento, o processo incluiu a implantação do tanque e uma série de estudos preliminares para comprovar que a estrutura está funcionando de forma adequada. “Agora estamos negociando a extensão desse contrato por mais três anos”, revela a pesquisadora sobre um processo que vai incluir a exploração e a execução dos ensaios, ou seja, simulações que visam atender às demandas trazidas pela Shell. Esse equipamento, que hoje está configurado para esse projeto específico, permanecerá na UFRGS e poderá ser usado em qualquer investigação da Universidade que envolva sedimentação em águas profundas. “Consiste de um aparato experimental que pode ser aplicável em várias situações. É um bem que fica para a Universidade”, sintetiza Ana Luiza.

Biblioteca das Ciências Sociais e Humanidades

Recuperação do acervo

Um vazamento de água atingiu, durante o recesso de ano-novo, o prédio onde está instalada a Biblioteca das Ciências Sociais e Humanidades (BSCH), no Câmpus do Vale. A infiltração danificou cerca de 10% do acervo de quase 190 mil volumes e parte do mobiliário. Segundo a diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Soraya Vargas Cortes, uma equipe de 15 pessoas, entre bibliotecários e bolsistas, trabalha para a recuperação das

obras atingidas. Ainda conforme a diretora, os títulos recentemente adquiridos que tenham sofrido danos serão substituídos por novos exemplares. Quanto aos livros que compõem o acervo de obras raras, os bibliotecários ainda avaliam a melhor forma de reparar os estragos. A fim de atender seus usuários, a BSCH está funcionando em horário especial: de segunda a sexta-feira, das 12h às 14h, e apenas para o empréstimo ou a devolução de exemplares.

Expansão

Aulas no Câmpus Litoral Norte

O vice-reitor Rui Vicente Oppermann apresentou, no início deste mês, a direção do Câmpus Litoral Norte, que começa a funcionar em Tramandaí em agosto. Em encontro promovido pela prefeitura daquele município, foram apresentadas a diretora geral pró-tempore do Câmpus, Dalva Maria Pereira Padilha, e a diretora acadêmica pró-tempore, Liane Ludwig Loder. Inicialmente, a UFRGS disponibilizará 150 vagas por semestre para o curso

de bacharelado interdisciplinar, modalidade inédita na Universidade que permitirá ao estudante optar por formação nas áreas de Engenharia de Gestão Energética, Engenharia de Serviços, licenciatura em Geografia ou bacharelado em Desenvolvimento Rural. Também serão abertas 120 vagas para o curso de licenciatura em Educação do Campo. Com a implantação total do projeto, o local deverá abrigar 1,5 mil estudantes, 80 docentes e 100 servidores técnico-administrativos.



“¡Hoy decimos basta!”

Marcelo Argenta Câmara¹
Edson Antoni²

Há vinte anos, esse brado ecoava das profundezas da selva Lacandona, no estado de Chiapas, sul do México. Era 1.º de janeiro de 1994, dia da entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), que selava a submissão da economia mexicana à dos Estados Unidos e marcava o auge das políticas neoliberais então em voga no continente. Ao mesmo tempo, era uma data que poderia representar o refluxo dos movimentos populares naquele país, uma vez que estes pareciam ser incapazes de impedir a adesão do México a um acordo que, a despeito dos números macroeconômicos tão celebrados por determinados setores, traria consequências danosas a milhares de mexicanos condenados a viver em uma nação cujo futuro estaria marcado pelo desgoverno, pelos níveis inauditos de violência do narcotráfico e pela fuga massiva de imigrantes.

Foi nessa data, carregada de simbolismo, que saiu à luz o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). O movimento já existia na clandestinidade desde 1983, formado por dissidências maoístas que optaram por descer às bases, mas que, ao contrário dos movimentos similares de outrora, abandonaram certa tradição autoritária da esquerda de querer doutrinar aqueles a quem afirma representar para se inspirar, conviver e aprender com as experiências organizativas comunitárias dos povos originários descendentes dos maias.

Naquele 1.º de janeiro, de armas em punho e com os rostos ocultos por *pasamontañas* [espécie de toucas], os zapatistas tomaram a cena de maneira espetacular, ocupando militarmente três das maiores cidades do estado de Chiapas, além de diversos povoados e estradas. Na “Declaração da Selva Lacandona”, o primeiro de muitos comunicados a acompanhar suas ações, o EZLN declarava sua guerra à “di-

tadura” que, sob diversas roupagens, mas de maneira contínua, havia submetido os povos originários mexicanos a mais de 500 anos de opressão.

O que em princípio pareceu ser uma retomada dos movimentos guerrilheiros que marcaram a paisagem latino-americana nos anos 1960 e 1970 logo se mostrou um movimento cujo entendimento exigia um arcabouço de referências maior do que o até então utilizado na análise dos movimentos sociais no continente. Pois ao longo desses vinte anos de existência “oficial” – o que possivelmente o configura como a luta de resistência mais longa e bem-sucedida de nossa história –, o EZLN nunca deixou de surpreender por sua capacidade incessante de renovação, resignificando conceitos como os de democracia, justiça e participação política e abrindo-se para o diálogo com os múltiplos e diferentes grupos excluídos da sociedade, sabendo, desde o princípio, propor estratégias inovadoras de luta.

Tanto é que em 12 de janeiro de 1994 já acordavam um cessar-fogo com as forças do exército regular mexicano para, a partir dali, dar sequência a um processo de luta e resistência que ainda hoje colhe novas solidariedades e simpatias. Aquele cessar-fogo, somado aos Acordos de San Andrés (1996), nos quais o governo mexicano se comprometia a reconhecer e a respeitar o direito à autonomia dos povos originários do país, foram momentos importantes para sinalizar que o caminho escolhido pelos zapatistas não era o de alguma tomada insurrecional do governo do país, ainda que seu surgimento pudesse sugerir-lo. Quando, em 2001, os três principais partidos mexicanos – PRI, PAN e PRD – se uniram para a aprovação do projeto de lei que regulamentaria a aplicação dos acordos de San Andrés, norma essa rechaçada pelos zapatistas por limitar a autonomia prevista originalmente nos acordos para as comunidades originárias, o EZLN intensificou sua trajetória autônoma, distanciando-se

de negociações com a classe política.

O ano de 2005 traria dois marcos fundamentais à trajetória zapatista: a “Sexta Declaração da Selva Lacandona” e o lançamento da “Outra Campanha”. Na “Sexta Declaração”, o movimento consolidava a desmilitarização das comunidades, com a retirada à clandestinidade dos comandos militares para a assunção de tarefas exclusivamente defensivas e a transferência da administração comunitária para as *Juntas de Buen Gobierno* (JBG). Assim denominadas em contraposição aos governantes da esfera estatal, chamados de “mau-governo”, as JBG são os coletivos responsáveis pela administração dos “Caracóis” – nome dado aos conjuntos de municípios autônomos controlados pelos zapatistas desde sua liberação, nos enfrentamentos de 1994. Os cinco Caracóis (Oventic, La Realidad, La Garrucha, Morelia e Roberto Barrios) são os espaços de deliberação para a coordenação de todos os temas relacionados às comunidades, da educação à saúde, da comunicação à segurança, da economia à justiça.

Os zapatistas mantêm um distanciamento contínuo da agenda tradicional dos movimentos de esquerda

Já com a “Outra Campanha”, os zapatistas buscaram, de forma independente e paralela à disputa presidencial mexicana de 2006, ampliar seu diálogo com organizações e movimentos de esquerda não eleitorais, numa mobilização para a redação de uma nova Constituição para o país. Com isso, deixavam claro seu rechaço à política tradicional, em especial após os desapontamen-

tos de 2001, e indicavam novos caminhos de mobilização (no que foram e ainda são criticados por diversos setores da esquerda partidária, frustrados com o não apoio zapatista à candidatura de centro-esquerda de Manuel Lopez Obrador).

A trajetória seguida pelos zapatistas desde seu aparecimento foi a de um distanciamento contínuo e crescente das agendas tradicionais dos movimentos de esquerda, institucionais ou não. E é esse distanciamento que os faz ser, ainda hoje, não totalmente compreendidos, mas, certamente, muito admirados. As redes de solidariedade que puderam formar ao longo desses anos de resistência, fundamentais à manutenção de comunidades permanentemente acossadas por forças governamentais e paramilitares, são um atestado dessa rara habilidade na construção de relações orgânicas que extrapolam as fronteiras nacionais.

O poder de comunicação do movimento, carregado de simbolismo, que desde seu surgimento soube usar ferramentas à época ainda não tão abrangentes, como a internet, para levar sua palavra aos mais distantes rincões do planeta, fez com que sua luta conquistasse adeptos em todos os continentes. Pessoas que a cada encontro aberto proposto pelo EZLN, como a Escuelita Zapatista ocorrida em agosto último, acorrem às centenas às montanhas chiapanecas para aprender sobre aquela experiência. Some-se ainda a extrema habilidade com palavras do principal porta-voz do movimento, o Subcomandante Insurgente Marcos, redator da maior parte dos comunicados zapatistas, o que faz de muitas das mensagens do movimento pequenos ensaios poéticos.

Ao focar seu esforço na luta pela manutenção da autonomia de suas comunidades, os zapatistas colocaram-se na vanguarda das mobilizações mais contundentes da atualidade no continente, somando-se a indígenas e quilombolas que, de norte a sul de nossos países, exigem respeito aos territórios ancestralmente habitados, com direito à autogestão. Ao assumir como princípio básico de gestão o “mandar obedecendo”, os zapatistas trazem à política as lógicas de horizontalidade, herdadas das formas comunitárias de gestão sócio-espacial, e inspiram movimentos autônomos em todo o mundo.

Obviamente essa trajetória não ocorre sem percalços e dificuldades. Sua autonomia ainda é obstáculo para a implementação de diversos programas governamentais para a região de Chiapas, estado pouco desenvolvido industrialmente, mas rico em potencialidades de exploração mineral e de aproveitamento turístico. Assim, além das já mencionadas ameaças armadas, sofrem também com “ataques pacíficos” do governo: programas sociais buscam cooptar comunidades vizinhas, isolando os zapatistas em sua própria região.

Ainda assim, fiéis aos princípios registrados em suas diversas declarações, os zapatistas resistem bravamente na luta pela autonomia, não só de suas comunidades como também dos demais povos originários do México. Uma luta que, em pleno século XXI, nos mostra o quanto ainda não somos capazes de aprender a lição de uma de suas consignas mais significativas: a da necessidade – e da possibilidade! – de existência de “um mundo onde caibam muitos mundos”.

¹Doutor em Geografia pela UFF e professor do Colégio de Aplicação da UFRGS /

²Doutor em História pela PUCRS

MARCELO CAMARA/ACERVO PESSOAL



Mural pintado em La Garrucha, um dos cinco municípios autônomos controlados pelos zapatistas no estado de Chiapas, México



Negócio de mochileiro

Turismo

Instalados no país nos anos 60, os hostels conquistam novos adeptos e espaço no mercado

Janeiro e fevereiro são os meses mais ansiosamente aguardados durante todo o ano. Esquecidas ou renegadas pela maioria dos turistas, as grandes cidades vivem uma espécie de êxodo urbano nesse período. Com inúmeras opções de programas culturais, gastronômicos e de vida noturna, as capitais brasileiras podem ser uma boa alternativa. Valendo-se da redução dos preços das passagens aéreas, as metrópoles se apresentam como prioridade para famílias e mochileiros que desejam passear sem gastar muito.

Nesse contexto, Porto Alegre desponta como um dos destinos mais procurados no Rio Grande do Sul, oferecendo muitas atividades gratuitas para quem quiser desvendar seus pontos turísticos, seu espírito e seu estilo de vida. Tão essencial quanto caminhar pela orla do Guaíba, desfrutando o pôr do sol, ou perambular pelas ruas e lojas do centro histórico é o local de hospedagem.

Tendência no mundo inteiro, os hostels se tornaram os mais novos xodós daqueles que vivem com o pé na estrada. Mesclando os conceitos de hotel e pousada, o espaço normalmente se diferencia do primeiro ao proporcionar boas condições de habitação a custos mais acessíveis. Em relação às pousadas, distingue-os o fato de não terem tantas regras e de propiciarem maior interação entre os hóspedes e, portanto, oferecerem melhores possibilidades de convívio. De modo geral, os hostels possuem um tema específico, no qual desenvolvem a atmosfera que enquadra os clientes. Tais características fazem com que esse tipo de hospedagem seja a primeira escolha para o pernoite dos viajantes que percorrem grandes distâncias. Para os intercambistas em busca de novas experiências nas férias, trata-se de um ambiente que favorece o aprendizado, a formação pessoal e profissional, o estabelecimento de contato com diferentes culturas e a apropriação de outras percepções no modo de ver o mundo.

Origem e expansão – Tradicionais na Europa, os hostels não eram populares no Brasil, muito menos em Porto Alegre. A versão mais conhecida sobre sua criação data de 1909, quando o professor alemão Richard Schirmann, envolvido com a organização de programas de convivência e viagens de estudos para seus alunos, teria sido surpreendido por uma tempestade em uma dessas excursões. Como alternativa para



Grupo de estudantes catarinenses visita a cidade pela terceira vez

acomodar os estudantes, viu-se obrigado a pedir abrigo em uma escola. A partir do episódio, surgiu a ideia de utilizar colégios como albergues para viagens de férias.

O primeiro hostel ou albergue da juventude, como era antes conhecido, abriu suas portas em 1912 em um castelo na cidade de Altena, na Alemanha, e funciona até hoje. No final dos anos 20, o alberguismo difundiu-se por toda a Europa, mas sua expansão foi freada pela Segunda Guerra Mundial. Em 1932, criou-se a Federação Internacional de Albergues da Juventude – Hostelling International – e, ao final do conflito bélico, a reativação dos hostels tornou-se uma forma de reintegração da juventude europeia. Na década de 50, Argentina e Uruguai foram os primeiros países sul-americanos a fazer parte do movimento.

Os hostels chegaram ao Brasil em 1961, por iniciativa do casal de educadores Joaquim e Ione Trotta. Instalada no bairro carioca de Ramos, a “Residência de Ramos” atuou de 1965 a 1973 e ficou famosa pelo pioneirismo no setor de albergues no país. Nesse mesmo período, as hospedagens do estado de São Paulo foram fechadas pelo governo militar sob a alegação de reunir jovens universitários que estariam tramando contra o regime e fazendo arruaças.

Dados da Federação Brasileira dos Albergues da Juventude indicam que o Brasil está entre os quinze países mais bem servidos desse meio de hospedagem em todo o mundo.

Setor em crescimento – Desde 2000, o número de hostels no país cresceu 25%. No Rio Grande do Sul, de maneira informal, são pelo menos 15 locais que se intitulam hostels. Esse é o caso de Caroline Klein, que comanda desde março de 2010 o Hostel Porto do Sol, na capital gaúcha. Formada em turismo e hotelaria, Caroline contou com a

ajuda do marido e sócio para iniciar o negócio: “Foi ele que deu a ideia. Alugamos a casa e começamos a investir aos poucos. Lembro que, na época, fomos um dos primeiros a oferecer esse tipo de hospedagem. Fazíamos a nossa divulgação por meio de panfletos na Redenção”, conta. O hostel oferece aluguel de bicicletas, passeios turísticos terceirizados e, uma vez por semana, integra os seus hóspedes em torno de um jantar com pratos típicos. Contudo, segundo a proprietária, o diferencial do albergue reside em outros aspectos: “Acho que os preços dos quartos são o grande atrativo, pois as pessoas geralmente acabam escolhendo de acordo com esse quesito. Além disso, consideram a qualidade, a limpeza e a organização do espaço”, afirma. Ela ressalta, porém, que o velho preconceito em relação aos hostels como locais bagunçados, sujos e repletos de festas permanece entre os mais conservadores.

Vanessa Castilho e Mario Saraiva estão à frente do Porto Alegre Eco Hostel. A atribuição do conceito ambiental ao negócio motivou Vanessa, aficionada por ecologia, a elaborar cada detalhe do empreendimento: “Nossos quartos são muito coloridos e batizados com nomes de animais silvestres. Utilizamos madeira de demolição e reflorestamento na maior parte das peças, fazemos coleta seletiva e possuímos até uma horta. Já oferecemos algumas vezes um café da manhã vegano, mas não tivemos muito sucesso”, diverte-se. Executar um plano de sustentabilidade que compreendesse o uso de energia solar e o racionamento de água era o projeto mais ousado da dupla, mas o alto custo de implantação acabou inviabilizando a ideia. No Eco Hostel, Vanessa e Mario trabalham aos finais de semana, organizando churrascos, almoços e jantas a pedido e entretendo os hóspedes com sessões de filmes e

pipoca nos dias de chuva.

A concepção de hostel-pub, importada de cidades como Buenos Aires, Londres e Dublin, também pode ser encontrada na capital. Os amigos Daniel, Murilo, Rafael e Carlos, mochileiros com experiências em administração e turismo hoteleiro, resolveram introduzir a ideia depois de constatarem uma carência de novidades no ramo. Funcionando há quase quatro anos, o Casa Azul Hostel teve seu espaço reconstruído e ampliado, e o bar, aberto de terça a domingo, das 18h às 2h, é o diferencial para os proprietários: “A nossa hospitalidade é única, e a integração acaba sendo grande”, diz Daniel, acrescentando que o controle e a segurança dos hóspedes são feitos por meio de pulseiras de identificação e do trancamento das portas de acesso aos quartos, dos quais apenas os clientes têm a chave.

Parada estratégica – Os turistas brasileiros, provenientes em sua maioria de São Paulo, Belo Horizonte e do nordeste, geralmente ajustam suas viagens ao calendário de eventos da cidade: congressos, concursos e competições esportivas são os acontecimentos que recrutam o público nacional. “São poucos os mochileiros que vêm pra cá com o intuito de visitar Porto Alegre. Os europeus e latino-americanos acabam usando a capital como ponto de parada estratégico entre uma viagem e outra pelo país ou mesmo pelo continente”, revela Caroline.

As jovens catarinenses Emanuelle Lazzari e Carolina Scussel fogem à regra. De Florianópolis, o grupo de seis amigos veio a Porto Alegre especialmente para usufruir o que o lugar tem de melhor. “Estamos de férias e decidimos ficar quatro dias aqui. É a terceira vez que nos hospedamos no Porto do Sol. Como estudantes de moda, arquitetura e

Onde

Hostel Porto do Sol

Rua Mariante, 958
Fone: 3330-1324
Diárias: quartos compartilhados, R\$ 30 por pessoa / quartos privativos, R\$ 50 por pessoa

Porto Alegre Eco Hostel

Rua Luís Afonso, 267
Fone: 3019-2449
Diárias: quartos compartilhados de R\$ 35 a 50 por pessoa / quartos privativos de R\$ 70 a 120 por pessoa

Casa Azul Hostel

Rua Gen. Lima e Silva, 912
Fone: 3084-5050
Diárias: quartos compartilhados de R\$ 35 a 45 por pessoa / quartos privativos até R\$ 100 por pessoa

design, faremos passeios culturais e idas aos brechós”, adiantam.

Para os donos do Casa Azul Hostel, a Copa do Mundo deve aumentar significativamente o número de reservas e elevar também as diárias. “Planejamos colocar um preço fixo de R\$ 150 para todos os quartos. Mesmo assim, a diferença em relação aos hotéis ainda nos favorecerá muito. É uma oportunidade única, e não podemos deixar que passe sem aproveitar”, explica Daniel.

Com tantas opções, é provável que o ranço a esse modelo alternativo de hospedagem e o juízo equivocado feito por algumas pessoas possa ser superado.

Bárbara Gallo, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



Riqueza de pedra

Pesquisa UFRGS tem o primeiro laboratório de rochas geradoras de óleo e gás da Região Sul

Nem todos sabem, mas o petróleo e o gás natural, commodities essenciais no mundo moderno, são formados a partir das chamadas rochas geradoras, localizadas a centenas de metros de profundidade em regiões conhecidas como bacias sedimentares.

Essas grandes áreas, originalmente depressões pré-históricas, foram convertidas em planícies pela acumulação de detritos orgânicos e inorgânicos ao longo de milhões de anos. A mistura de matéria fóssil e mineral fez com que surgissem nesses locais rochas com certa porcentagem de material orgânico em sua composição – das quais, após milênios, surge o petróleo e o gás natural.

Para estudar essas rochas, a

Petrobras investiu cerca de R\$ 1 milhão na construção do novo Laboratório de Geoquímica Orgânica da UFRGS, inaugurado em dezembro no Instituto de Geociências.

Sob a coordenação dos professores Wolfgang Kalkreuth, do Departamento de Geologia, e Maria do Carmo Ruaro Peralba, do Instituto de Química, a estrutura é a primeira a integrar geologia e geoquímica orgânica na região sul do Brasil, e conta com equipamentos disponíveis somente em outros dois laboratórios do país: o Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia de Técnicas Analíticas Aplicadas à Exploração de Petróleo e Gás, na USP, e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Óleo e Gás, na UERJ.

Pesquisa – No espaço são analisadas amostras de rochas provenientes de diversas regiões do Brasil e do mundo, com o objetivo de avaliar a qualidade e as características das formações rochosas, do óleo e do gás originários das bacias sedimentares em questão. Entre os principais materiais estudados no local estão as rochas das formações Irati e Ponta Grossa, ambas localizadas na Bacia do Paraná – área geográfica que abrange boa parte do Sul, Sudeste e Centro-Oeste brasileiros. “Também trabalhamos com amostras de outras bacias, como a do Amazonas, do Parnaíba e do Recôncavo”, afirma o professor Wolfgang, geólogo especializado em Recursos Energéticos de Combustíveis Fósseis. “Já analisamos rochas provenientes da

Bacia do Maracaibo, na Venezuela, a partir de um projeto bilateral que firmamos com uma universidade de Caracas, além de materiais da Groenlândia, África e Península Arábica”, acrescenta.

Um dos principais procedimentos realizados no laboratório é a hidropirólise – técnica de maturação artificial da matéria orgânica que reproduz a transformação natural por que passam as rochas geradoras durante milhões de anos, acelerada por uma máquina que submete as amostras a altos níveis de pressão e temperatura. O óleo e o gás expelidos pelas rochas na hidropirólise são posteriormente analisados por meio da cromatografia. Nesse processo, um equipamento identifica cada um dos compostos do material extraído,

possibilitando a classificação da rocha que o originou.

Melhorias – Contudo, a construção do novo laboratório, ativo desde o final de 2011, não inaugurou a análise de rochas geradoras na Universidade, realizada desde a década de 90. “Tudo o que fazemos aqui já era feito antes em estruturas separadas dos institutos de Química e de Geociências. A diferença é que agora podemos atuar de forma integrada, em um único espaço, o que facilita muito o trabalho”, relata a professora Maria do Carmo, especialista em Química Analítica e Geoquímica Orgânica. “Além disso, hoje temos equipamentos mais modernos que reduzem substancialmente o tempo para se analisar uma amostra”, completa.

Um desses aparelhos é o novo Soxhlet, dispositivo utilizado no laboratório na extração de óleo das amostras rochosas. Enquanto no antigo sistema esse processo levava de 24 a 48 horas, no atual esse tempo foi reduzido para apenas quatro – uma diminuição de até 92% na duração do trabalho.

“Antes, realizávamos os procedimentos no Instituto de Geociências e depois tínhamos de levar as amostras e os solventes orgânicos até o prédio da Química para podermos fazer a análise. Isso gerava uma série de problemas, porque precisávamos de muito cuidado para evitar que as amostras tivessem contato com o ambiente ou fossem oxidadas pela exposição à luz, além do tempo que era perdido nesse deslocamento”, conta a aluna de pós-doutorado do Instituto de Geociências da UFRGS Marleny Blanco. Ela integra a equipe do laboratório, composta por pesquisadores de nível de graduação, mestrado e iniciação científica. “Agora, a gente termina o experimento e já monta tudo para fazer a análise aqui mesmo, poupando tempo, dinheiro e trabalho”, finaliza.

Murilo Zardo, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



O óleo e o gás expelidos pelas rochas na hidropirólise são analisados no cromatógrafo, que identifica os compostos do material extraído

Dois pontos

Antônio Falcetta, revisor

antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► O lado certo

Imagem é tudo? Desconfio. Tampouco penso que os meios de comunicação deveriam ter esse crédito todo, no sentido de ‘fazerem a nossa cabeça’ – como diriam os jovens do tempo em que eu era jovem. Na sociedade do homo informaticus, em que a distância entre os polos diminuiu, para dar conta de tantas experiências que fogem aos nossos sentidos, temos de delegar os sentidos a outros. Um atentado em uma mesquita exibido quase em tempo real, a morte de uma baleia numa bela praia da Austrália. Há a necessidade de alguém nos emprestar seus olhos – e seus interesses. Não somos nós que fazemos esse movimento de escolha. E

as mídias vão além, nos dão a *sua* versão da história, escancarada ou sutil, seja pelo esgar de boca em expressão de contrariedade silenciosa do apresentador de TV, seja pelo seu sorriso disfarçado após a enunciação de uma notícia tendenciosa.

O problema é que as agências de informação, com poucas exceções, não são livres, a serviço única e exclusivamente dos fatos. Assim, ficamos à mercê das armadilhas argumentativas, associadas subterraneamente a algum produto ou empresa. Sim, somos uma sociedade com filtro. Com lapsos de autonomia e alto risco de intoxicação.

Parece-me que o futuro está na complexidade, que não sei se escapa

dessas questões, mas que pode ser bem menos dicotômica. Isso será para quem tiver, portanto, a habilidade de se mover pelo paradigma do múltiplo, para além dos maniqueísmos, como o enfrentado pelos liliputianos.

Para o escritor irlandês de *Viagens de Gulliver*, entre os seres minúsculos, Lilliput é análoga à Inglaterra e Blefuscu, à França. Swift satiriza as provocações e as lutas desnecessárias entre as nações pela celeuma a respeito das duas maneiras de se quebrarem ovos.

Uma metáfora da disputa entre católicos e anglicanos. Sendo assim, o ovo seria o cristianismo. A «forma antiga» de quebrá-lo pelo «lado maior» significaria aderir à Igreja

Católica, enquanto a forma nova de parti-lo seria uma referência à Igreja Anglicana.

Portanto, terá mais chances de desenvolver-se, de compreender as novas ordens mundiais, de saber lidar com, inclusive, os próprios sentimentos aquele que souber construir em si novas formas de pensar – e sentir.

Nada como uma mudança mais profunda, que revolucione, antes, o próprio modo de ser.

Bem, Gulliver propõe aos contendores de Lilliput e Blefuscu que se consultasse a Constituição. Nela, o documento supremo, a posição oficial: “O ovo deve ser aberto pela extremidade correta!”. Os coalas adoram a literatura!



FLAVIO DUTRA/JU

Vício saudável

Marla Aguiar é bancária e participa há três meses do Locomotion - Grupo de Pesquisa em Mecânica e Energética da Locomoção Terrestre, projeto de extensão da ESEF

Esporte

Grupos de corrida vêm ganhando cada vez mais adeptos

Um fato chama a atenção de quem circula por Porto Alegre: as ruas repletas de pessoas correndo em qualquer época do ano. Em parques, avenidas movimentadas ou pontos turísticos da cidade, os corredores podem ser vistos nas ruas ao meio-dia, no pico do calor diurno, e não apenas nos finais de semana ou em horários de pouco sol.

Marcio Palermo trabalha com o esporte há mais de 10 anos e é criador da Running, grupo de corrida que tem hoje 60 alunos. Segundo o preparador físico, a praticidade pode ser uma explicação para o crescimento dessa modalidade que agrega cada vez mais integrantes. “De cinco anos para cá, Porto Alegre vivenciou o boom da corrida, o que ocorreu há mais de uma década em São Paulo”, aponta Marcio, para quem é natural que as pessoas incorporem o esporte às suas vidas: “Final, está tudo mais acelerado, o ritmo da sociedade hoje é outro”.

Um estilo de vida – Integrantes da Running comentam que, mais do que uma atividade praticada algumas vezes por semana, a corrida tornou-se um estilo de vida. “É bem verdade que muitos dos que a buscam têm como principal objetivo emagrecer”, diz Marcio, referindo-se ao fato de a prática ser considerada uma modalidade aeróbica de alta intensidade e alto

gasto calórico, “mas a perda de peso é só consequência de uma melhor qualidade de vida, muitas vezes associada a outros cuidados com a saúde e a uma diminuição do nível de estresse”. Os corredores definem planilhas, treinamentos e metas, observa Marcio, que ressalta a ocorrência das provas de curta distância, de 3, 5 ou 10 km, promovidas cada vez mais frequentemente na cidade.

A constituição de um grupo também é importante e outro fator destacado pelos integrantes. “É ótimo dividir experiências”, diz Marjorie Gomes, que começou a correr há dois anos. No início, ela realizava a prática na esteira, de forma desregulada. “Quando conheci o grupo, os meus objetivos mudaram”, relata Marjorie, que passou a alcançar a marca de 10 km e acrescenta que a corrida trouxe, ainda, uma melhora em sua autoestima e maior disposição para frequentar a academia.

O estudante de engenharia Victor Grunberg também defende a prática da corrida. “Fui uma criança com sobrepeso e sofria muito de asma, e hoje nem sei mais o que é usar o inalador”. Victor se inscreve em praticamente todas as provas da capital – na última, ele alcançou os 8 km em 36 minutos. O estudante corre sozinho, por conta da falta de tempo para cumprir os horários fixos que um grupo de corrida exige. Mas, assim como Marjorie, ele frisa o grande prazer de correr na rua: “É bom ver o movimento da cidade; na esteira, o tempo passa muito devagar”.

Grupo na Universidade – Seguindo a tendência, há cerca de um ano foi criado o Locomotion – Grupo de Pesquisa em Mecânica e Energética da Locomoção Terrestre, projeto de extensão da Escola de Educação

Física da UFRGS (ESEF). Com vagas disponíveis não apenas para a comunidade acadêmica, o grupo é coordenado pelo professor Leonardo Tartaruga e pelo mestrando Jorge Storniolo. Cada um dos 30 alunos tem seu treino individualizado – os participantes, ao se inscreverem, ganham frequencímetros fornecidos pela Universidade. São realizados testes de laboratório e avaliações, cujos dados contribuem para a descoberta de mecanismos que melhoram o desempenho físico, poupando a energia dos corredores”, resume Leonardo.

De acordo com Jorge, todo o tipo de pessoa procura o grupo: desde aqueles que nunca correram aos que já têm certa experiência. Ambos os professores destacam que não há limite de idade: a aluna mais nova tem 15 anos, e o mais velho, 55. “Orientamos desde os que estão aprendendo a maneira certa de correr até o ex-maratonista que deseja otimizar seus treinos”, relata Jorge.

Cuidados são essenciais – A corrida, porém, pode ter consequências negativas, se praticada de maneira indiscriminada. “A maioria pensa que é só calçar um par de tênis e sair porta afora”, pondera Leonardo, “mas praticar sem orientação profissional pode trazer problemas”. Pesquisas apontam que lesões acometem cerca de 80% dos praticantes – um índice que poderia diminuir drasticamente se houvesse um acompanhamento. “Além da avaliação física adequada, é importante que haja um cuidado postural e até uma preocupação com o tipo de pisada”, diz Jorge. Leonardo ressalta a necessidade de uma musculação específica mesmo para quem corre curtas distâncias.

Marcio endossa a opinião dos

professores e traz o conceito de over training: “Quando os iniciantes se empolgam, o excesso de treinamento pode envolver sobrecarga, fadiga e falta de cuidado com a alimentação”.

A nutricionista Regina Guargagna, professora da UFRGS da disciplina de nutrição esportiva, lembra que sempre que iniciamos uma atividade física o organismo dá partida a um processo de adaptação metabólica. “Cada modalidade deve ter uma orientação nutricional própria, e a dieta deve ser adequada à intensidade do exercício”, lembra. Entre as dicas para os corredores, a professora recomenda fazer uma refeição leve cerca de uma hora antes do exercício (pode ser um copo de leite, um iogurte ou um sanduíche leve). “E o básico: nunca realizar o exercício em jejum, como muitos insistem”, defende Regina, finalizando com a recomendação de se hidratar antes, durante e depois da atividade.

Faltam locais adequados – Mas onde treinam aqueles que, como Marjorie e Victor, fogem das esteiras para correr nas ruas? Marcio e seu grupo, assim como a equipe do Locomotion, frequenta a pista atlética da ESEF. O local, aponta o preparador físico, tem suas falhas – alguns pontos têm buracos, por exemplo. “Mas pelo menos aqui ainda somos bem-vindos”, comenta Marcio, se referindo à recente polêmica que envolveu o Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), outrora aberto aos corredores em geral. Localizada no bairro Menino Deus, a pista foi fechada durante vários meses para reformas e, em outubro, sediou o 20.º Campeonato Mundial de Atletismo Master. Após a reabertura, os frequentadores foram surpreendidos pelo anúncio

de mudanças nas regras de uso do local. Agora, os frequentadores devem receber orientação profissional dos próprios professores do espaço. “Não estamos fechados, mas a população precisa entender que se trata de um espaço público voltado à formação de atletas”, diz Carlos Pinheiro, preparador físico, que trabalha no centro há dois anos. Segundo ele, a medida visa a uma preservação da pista, que deve ter, no máximo, 100 corredores por hora. Enrico Canali, criador da página no Facebook “Queremos o CETE aberto”, lembra que, na prática, são poucos os atletas que utilizam a pista, frequentada, em sua maioria, por corredores amadores, que praticam o esporte como hobby. “O CETE vem sendo tratado como se fosse privado, com restrições de acesso e uma burocratização desnecessária que só afasta o usuário”, denuncia Enrico, lembrando que outras pistas públicas de parques como a Redenção são de qualidade muito inferior, apresentando problemas em relação à segurança e à iluminação. “A pista da ESEF é uma das poucas remanescentes e vem sendo a melhor opção ultimamente”, sublinha Marcio. Sobre os problemas de estrutura, o professor Leonardo revela os planos de uma reforma no futuro: o piso, que atualmente é de asfalto, poderá receber uma cobertura emborrachada. Mas o projeto ainda não foi aprovado – depende de verbas federais e precisa passar pelos trâmites burocráticos. “Se a reforma for realizada, esperamos que não ocorra o mesmo que no CETE”, diz Marjorie, “ou seríamos forçados a procurar outro local para treinar”, conclui.

Rafaela Pechansky, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



Por uma pedagogia rural

Escola

Os desafios e as contradições da educação voltada à realidade das pessoas que vivem no campo

Samantha Klein

A discussão sobre o ensino no campo dificilmente fugirá do viés ideológico. Seja pela verve das pessoas que militam no MST, seja pelo histórico das escolas itinerantes ou dos pedagogos que entendem o caminho campo-cidade como irreversível. Na mesma direção, os desafios pedagógicos estão cada vez mais expostos quando se pensa no esvaziamento do meio rural e nas barreiras para se formular um currículo voltado para a realidade da população do meio agrícola. Afinal, uma grade de conteúdos precisa ser o espelho do que é ensinado na cidade? Professores seguem debatendo sobre quais serão os rumos da educação nos próximos anos. Quem tem melhor definido o que pretende para seus filhos são os movimentos sociais.

Ideal versus realidade – A professora Rose Meri de Oliveira escolheu uma escola do campo para lecionar por causa da distância relativamente curta entre a sua residência, que fica em Cachoeirinha, e o seu local de trabalho, na zona rural de Sapucaia do Sul. Ela também havia tomado conhecimento de bons relatos a respeito do método

pedagógico da Escola Municipal Auricléia Chaxim Bes, mas os 12 km percorridos de carro todas as manhãs foram determinantes para escolher o colégio logo que foi nomeada após ter passado no concurso do magistério realizado pelo município.

A comunidade de Novo Horizonte, onde ela leciona, é rica em paisagens que conectam as pessoas à natureza, porém, carente em opções culturais para crianças ávidas pelos atrativos da cidade. O sinal de internet chegou somente há três meses, depois que o pai de um aluno fechou parceria com a escola, já que ele precisava de um local alto para instalar uma antena de rádio para navegar na web. Por outro lado, sempre que a escola proporciona atividades extras, as crianças participam. “Em oficinas oferecidas de Tae-kwon-do, capoeira ou brinquedoteca, os alunos acabam passando a maior parte do tempo livre na escola porque no bairro não existem opções de lazer nem de serviços”, considera a professora formada em Matemática. As atividades, no entanto, são temporárias, porque dependem de projetos e de educadores em formação que aceitem o subsídio oferecido pelo convênio com o programa federal Mais Educação.

Na única turma do quinto ano, quando os 23 alunos conversam sobre o futuro, a trajetória dos pré-adolescentes parece ser distante da permanência no campo. “Eles sempre dizem que querem sair daqui, mas atribuo isso à proximidade com a cidade e ao fato de os pais também trabalharem na cidade ou em Porto Alegre. Poucos são os alunos filhos de agricultores”, destaca. Mesmo que esta seja uma tendência nos municípios mais próximos da capital, outras regiões do estado mostram

a mesma perspectiva.

Natural de Dom Pedrito, cidade cuja economia ainda é baseada no cultivo do arroz e na pecuária de corte, Rose Meri percebia movimento semelhante nas escolas do campo em que lecionou na fronteira sudoeste. “Onde a economia é predominantemente agrícola, as crianças já projetam o futuro em outras cidades para continuar os estudos e ter acesso a outras oportunidades que não têm no campo. Às vezes, os pais as incentivam a sair”, observa.

Setor reclama falta de formação específica para professores do campo

Desafios e oportunidades – Já a professora especializada em educação popular e do campo, Conceição Paludo, reconhece o paradigma da sucessão rural, mas chama a atenção para a falta de discussão entre os próprios educadores. “A formação de quem assume o papel de educador precisa estabelecer vínculos entre o trabalho e a cultura das pessoas que moram no campo. Infelizmente existem professores que incentivam a saída para as cidades. Com o discurso ‘se você não estudar não será ninguém na vida’, não se avança em uma educação global, que reconheça o conhecimento científico e as bases para o ensino para desenvolver a vida no meio agrícola”, destaca a docente do curso de Pedagogia da UFPel.

Mesmo que os temas a serem reforçados para tentar manter parcela da população no campo ainda sejam discutidos, a pedagoga Carmem Machado considera que a formação de mão de obra barata precisa ser excluída do mapa da educação. “Desde a experiência dos boias-frias dos anos 70, sabe-se que os trabalhadores rurais precisam de uma qualificação específica que não pode ser a formação de operários para continuarem a vender seu trabalho sem condições de segurança e dignidade. O desenvolvimento humano tem que estar presente para dar conta da vida dessas pessoas, do trabalho, do acesso aos bens culturais. Indivíduos que devem ser capazes de criar, elaborar e defender sua origem.”

As educadoras ainda destacam que as políticas públicas sempre precisam estar em conexão com as necessidades da educação do campo. Entre essas ações, está em processo de implantação em universidades federais a formação específica para professores que já trabalham no campo, mas não têm graduação. A UFRGS deverá oferecer um curso especialmente para esse público a partir da pedagogia da alternância, em que o universitário passa um tempo estudando e outro período na comunidade de origem para avaliar o local e desenvolver projetos que sejam adequados àquela realidade. “A ideia é ter a primeira turma – com 120 alunos – em atividade no segundo semestre deste ano. O foco está sobre os professores que já ensinam física, química e matemática, mas não têm graduação”, afirma Carmem Machado.

Outro currículo – Nem todos os educadores concordam com a perspectiva do êxodo rural e buscam propostas para um ensino que

abarque a realidade do homem do campo. Durante o I Seminário Regional de Educação do Campo, realizado pela Faculdade de Educação (Faced) da Universidade no mês de dezembro, a educadora e membro do MST nacional Isabela Camini criticou o ensino nos colégios do campo. Conforme a especialista em Pedagogia, os erros começam pela falta de aproveitamento da própria paisagem rural no processo de aprendizagem. “Estive em duas escolas municipais de Nova Santa Rita em que senti vontade de chorar. Alguns colégios parecem pequenos presídios. Além da estrutura precária, as crianças ficam trancadas por quatro horas, quando poderiam estar embaixo das árvores e ter aulas mais práticas, voltadas para o meio em que vivem. E isso não acontece somente lá”, sublinha.

Partindo da experiência como educadora nas escolas itinerantes dos acampamentos do MST durante 17 anos, a ex-moradora do primeiro assentamento do Rio Grande do Sul em Ronda Alta, na região norte do estado, Katiane Machado da Silva, defende as escolas implantadas nos assentamentos da reforma agrária como exemplos para a educação do campo. A doutoranda da Faced acredita que os três eixos trabalhados nesses colégios – coletividade, auto-organização e trabalho – poderiam ser irradiados para as demais instituições de ensino no meio rural. “É necessário discutir a realidade do sujeito que vive na terra. A construção do conhecimento deve partir das necessidades que incluem cálculo de porcentagem e regra de três; para além disso, há uma forma pedagógica de descentralização do poder e da autoridade. As crianças das séries iniciais já aprendem a se organizar em grupo, aprendem o sentido da coletividade”, sustenta.

Porém, a histórica falta de escolas de ensino médio nas localidades mais afastadas da cidade também contribui para a saída dos jovens e acentua o problema da sucessão rural. Existem 65 mil alunos matriculados nas escolas rurais, sendo que mais de 80% são oriundos do ensino fundamental. Após esta etapa, não há possibilidade de continuar estudando na comunidade de origem. “Esse é o grande desafio da educação no Rio Grande do Sul. No curto prazo pretendemos criar mais vagas, inclusive nos assentamentos da reforma agrária”, resume o representante da Secretaria da Educação no recém-criado Comitê Estadual de Educação do Campo, José Valdir Rodrigues.

Conforme o gestor, sete instituições de ensino básico estão em reforma em diversas regiões do estado, sendo que quatro dessas também vão oferecer vagas de ensino médio. Para promover o mesmo tipo de educação nos assentamentos, cinco escolas estão em construção em Canguçu, Itacurubi, Piratini, Sananduva e São Gabriel. “Não é suficiente, mas é um passo para buscar a manutenção dos jovens na sua terra de origem”, justifica-se o dirigente.

FLÁVIO DUTRA/JU



Alunos de escola pública em Sapucaia do Sul já sonham com futuro fora do campo

Luz no Eurotunnel

Crise econômica
Especialista
avalia que a
Europa vai sair
da crise, mas
prevê altos custos
para a sociedade

Samantha Klein

A Europa deve sair da profunda crise financeira que corroeu a economia de países como a Grécia e a Espanha, deixando milhares de jovens sem emprego e, mais do que nunca, espantando imigrantes.

Essa é a conclusão do especialista em União Europeia e processos de integração regional, Yann Richard, da Universidade de Sorbonne. O geógrafo faz uma análise dos problemas econômicos que os membros do bloco europeu enfrentam, como a utilização da moeda comum em territórios com economias tão distintas. Avalia ainda que as dificuldades de unir países com tradições diferentes não significa necessariamente uma repulsa aos estrangeiros.

Apesar da depressão econômica que persiste há cinco anos, o professor defende que os laços supranacionais criados não serão rompidos, mesmo que rumores e analistas tenham previsto a saída da Grécia da União Europeia. Em passagem por Porto Alegre para participar do XIV Congresso Internacional de Integração Regional na UFRGS, o francês concedeu entrevista exclusiva ao JU.

A partir de seus efeitos nefastos, é possível prever o fim da crise econômica da União Europeia ou a saída de seus membros?

Acredito que o fim da União Europeia é impossível. Temos moeda comum e leis comuns para o comércio, então, após décadas construindo algo supranacional, é quase impensável colocar um fim nisso. O bloco é uma coleção de 28 estados-membros e funciona como um sistema macrorregional. Ao ser criado um sistema comum, é difícil sair dele, porque foram construídas muitas relações de dependência entre os membros do sistema. Hoje é inimaginável a saída da França da UE porque ela é muito dependente; o mesmo acontece com a Alemanha. A economia britânica precisa dos mercados comuns ou entraria em colapso. Além disso, nada é dito a respeito dos procedimentos para um país sair do bloco. Existem disposições e artigos que indicam o que deve ser feito para sair da zona do euro, mas não há recomendações sobre como deixar o mercado comum. Por último, custaria incrivelmente caro sair do bloco comum, algo como uma catástrofe. Foi dito que a Grécia sairia da União Europeia; alguns economistas calcularam o preço e perceberam o quão dispendioso seria não somente para aquele país.



Para Yann Richard, não haverá avanço na integração do bloco europeu sem estímulo à convergência macroeconômica entre os países

A crise varreu a economia de diversas nações, não somente da Europa, e acelerou e aprofundou o corte de políticas sociais. A prática é justa no momento em que as pessoas estão sem emprego, e a economia poderia ser reerguida pelo consumo interno?

Não é justo, mas acho que desde que implementamos a moeda comum existem enormes erros políticos. Como implementar o euro em diversos países cujas performances econômicas são tão distintas? Como dar a mesma moeda à Grécia, Espanha, Irlanda, França, Alemanha se o custo do trabalho não é o mesmo? Então, se você quer o euro, é necessário fazer com que os orçamentos sejam convergentes, e não é o caso. Com as leis que dão suporte ao processo de convergência econômica e política europeu, especialmente a partir do Tratado de Maastricht (1992), pensamos que, passo a passo, poderíamos colocar em acordo algumas ideias políticas e uma moeda comum. Mas isso é uma ilusão – é claro que não se pode ter um acordo em relação a indústria, comércio, energia, e assim por diante. Após 2007, finalmente percebemos que não se pode ir muito longe num processo de integração em termos de dinheiro se não for encorajada a convergência macroeconômica dos países. Os cortes são fundamentais.

Em março, a Grã-Bretanha cortou muitos dos benefícios sociais para os imigrantes, como o auxílio-moradia. Esse movimento poderá se aprofundar em outros países?

Existe algo interessante na Europa porque há políticas comuns em relação à imigração ilegal. Quanto à imigração legal, são decisões estritamente nacionais. Então, quando um país quer organizar a imigração legal, é uma decisão própria com uma política própria. O Reino Unido pode decidir o que quer e cortar os direitos sociais. Mas acho uma estupidez essa situação. Como ter regras para a imigração ilegal se não existem políticas comuns para a imigração legal?

Há um processo de xenofobia exacerbado em relação aos imigrantes em função da crise econômica?

Acho que é mais complicado. Na França, a ala da extrema direita já era mais atrativa antes mesmo da atual depressão econômica. Nos anos 90, já havia ocorrido uma crise econômica, mas bem menos séria. Naquele momento, François Mitterrand estava no poder e, com o objetivo da reeleição, decidiu incentivar o desenvolvimento da extrema-direita para fragilizar a ala direita menos radical de Jacques Chirac. Em 2008, quando começou essa depressão, as pessoas ficaram muito decepcionadas porque perceberam que nem Nicholas Sarkozy nem François Hollande poderiam responder efetivamente à crise. Não se pode fazer nada sozinho, é preciso o aval de países como a China ou o Brasil, por exemplo. Quando as pessoas votam na extrema-direita é uma forma de dizer que elas estão muito irritadas. Não são necessariamente xenófobos ou racistas, mas votam em Marine Le Pen, defensora da retirada da França do espaço Schengen – convenção entre países europeus que abriam as fronteiras, permitindo a livre circulação de pessoas. Le Pen, candidata nas últi-

mas eleições presidenciais, ficou em terceiro lugar. Ela prometia ainda, se eleita, interromper imediatamente o atendimento médico gratuito aos imigrantes ilegais.

Essas pessoas que votaram em Marine Le Pen estão indignadas por causa do desemprego e dos baixos índices da economia?

Na Espanha, o nível do desemprego chegou a 25%. Isso é inacreditável. Na França, chega a 11%, o que também é muito alto. Então, quando as pessoas não têm trabalho, se sentem desesperadas, qual é a via? Mandam essa mensagem ao votar na extrema-direita. Na França, mesmo as pessoas provenientes da imigração internacional votaram em Marine Le Pen. É inacreditável.

Como você vê a integração de países que ainda desejam ingressar na União Europeia?

A cada vez que o bloco aumenta a partir da integração de países pobres, maiores são os problemas econômicos. Até os anos 90, os 15 membros da UE eram países ricos, com economias similares. Depois disso, com a incorporação da Macedônia, de Montenegro e da Turquia (que ainda estão em análise), teremos de aceitar economias empobrecidas, o que gera um alto custo, porque é necessário enviar dinheiro a essas nações para se igualarem à média do desenvolvimento econômico dos demais. Ao conceder recursos, a União Europeia se torna mais fraca, porque essas verbas poderiam financiar coisas muito mais importantes, como o desenvolvimento em alta tecnologia, e assim por diante. O segundo problema é político. Na França, temos orgulho de ter influência na Europa porque

nos percebemos atrás de países mais ricos, como os EUA e a China. Sabemos que, se quisermos ser influentes no mundo, precisamos obter influência na União Europeia. Para isso, é necessário inchar o bloco, mas isso resulta em muitos problemas. Se o objetivo é fazer com que o bloco se torne um ator global, são necessárias discussões mais fáceis. Mas como fazer isso com quase 30 países diferentes?

O que explica os protestos na Ucrânia e a vontade dos manifestantes de ingressar na União Europeia após a Revolução Laranja em 2004 (uma série de manifestações contra a corrupção eleitoral)?

Aproximadamente 55% da população ucraniana é favorável à adesão ao bloco europeu, porque significa liberdade, democracia, fim da corrupção, estado de direito e a possibilidade de desenvolvimento econômico e social. No momento em que o presidente ucraniano Viktor Yanukovich desistiu de assinar o acordo para se unir à região da Rússia, a população mostrou o desapontamento em relação à decisão. A Ucrânia tem apoio de Moscou e a sua indústria tem fortes relações com a Rússia. Esse é o motivo pelo qual o governo de Yanukovich quer assinar um acordo com o Kremlin. Há ainda um projeto de poder russo que considera a Ucrânia parte de sua economia e nunca aceitará a aproximação dos ucranianos à União Europeia. Nesse caldo de interesses econômicos, existe uma forte divisão da opinião pública ucraniana entre aqueles que se sentem muito mais europeus e aquele estrato da população, em especial, os de origem russa, que olha para o Leste.



A África do Sul sem Mandela

Analúcia Danilevicz Pereira*

Nelson Mandela, um dos maiores expoentes da luta antiapartheid, faleceu em 5 de dezembro de 2013, em Johannesburg, África do Sul. Membro do centenário Congresso Nacional Africano (CNA) e primeiro negro a ocupar a presidência do país sul-africano, ele experimentou dois momentos distintos, que definiram seu pensamento e sua estratégia de ação. O primeiro caracteriza-se pela construção de um projeto reativo e, posteriormente, de combate ao regime racista de seu país. Durante boa parte desse período, Mandela atuou ou na clandestinidade, ou como prisioneiro. O segundo, quando esteve à frente do governo sul-africano e precisou comportar-se como um “mediador” em uma sociedade dividida, que transitava de um regime de segregação para um regime democrático.

Para entender o significado da luta política do líder e de todos os que viveram e combateram o apartheid, é importante refletir sobre o impacto que esse regime produziu sobre a sociedade sul-africana. Ele estabeleceu um sistema de opressão generalizada em relação à maioria negra e criou barreiras permanentes ao acesso dos negros à propriedade, a profissões mais qualificadas, à habitação nos complexos urbanos, ao estudo nas universidades “abertas”, à vida cultural e intelectual, e a qualquer direito político. E o fez com base na força militar e policial.

As negociações entre os líderes do CNA (tendo Mandela à frente) e do Partido Nacional, com vistas ao estabelecimento de um governo de maioria na África do Sul, a partir da segunda metade dos anos 1980, só foram possíveis porque tanto o regime racista quanto os movimentos de libertação encontravam-se enfraquecidos com o final da Guerra Fria. Ainda assim, ambos os lados utilizaram a força, mesmo que desigual, durante o período de negociações e depois de definidos os resultados do pacto. Vale lembrar que os grupos de extrema-direita continuaram promovendo atentados contra os negros e suas lideranças, bem como houve o aumento da criminalidade decorrente da grande concentração de população negra, pobre e desempregada nas favelas que foram erguidas nos principais centros urbanos.

O governo do CNA teve de lidar com uma situação bastante complexa. Se, por um lado, herdou a mais desenvolvida das economias africanas, com uma moderna infraestrutura institucional e física, por outro, herdou também grandes problemas socioeconômicos, incluindo um alto nível de desemprego, índices alarmantes de pobreza, elevada concentração de renda, epidemias, além de intensa violência. Embora a transição que levou o CNA e Mandela ao poder tenha produzido algum impacto sobre a situação social, os privilégios de uma minoria tiveram de ser respeitados.

As origens da pobreza na África do Sul são, portanto, óbvias e dificilmente poderão ser superadas em um curto período. É possível estabelecer a distinção entre os níveis de riqueza e pobreza pela questão racial, como também ao compararmos as condições de vida nas áreas urbana e rural e, ainda, ao analisarmos o acesso à educação. A desigualdade social, entretanto, não pode ser descrita apenas como resultado da exploração econômica, ainda que essa seja a base do desequilíbrio histórico naquele país. Há também a desigualdade resultante das diferenças na distribuição de poder político, militar e ideológico.

Outra questão crucial para entendermos os problemas legados pelo apartheid diz respeito à diferenciação de classe entre os negros. Uma característica da comunidade negra africana até meados dos anos 1960 foi a falta de diferenciação social, resultado de todas as medidas segregacionistas e repressivas do apartheid e também anteriores a ele. Essa realidade afastou os negros da maioria das atividades de acumulação. No entanto, a partir da década de 1960, os líderes dos chamados bantustões puderam alcançar uma posição privilegiada ao serem cooptados e corrompidos pelos órgãos administrativos do governo. No mesmo período, parte desse grupo também formou uma elite urbana.

Ao contrário dos mestiços e dos asiáticos que nunca foram completamente privados das atividades de acumulação, essa elite negra surgiu a partir de um “empreendedorismo secreto”, incluindo o crime organizado e outras atividades consideradas ilegais pelo regime do apartheid. Por outro lado, alguns negros também passaram a acumular por se tornarem trabalhadores qualificados ou semiquilificados. Nos anos 1970 e 1980,

com o fim das leis discriminatórias, negros surgiram como empresários com suporte corporativo. Com o fim do estatuto dos bantustões, cresceram oportunidades nas áreas rurais, momento em que muitos negros usaram suas posições – de liderança ou de aliados dos líderes – para criar negócios lucrativos e muitas vezes corruptos. O mesmo ocorreu nas áreas urbanas. Cada vez mais a sociedade sul-africana seria definida pela classe em detrimento da raça.

Há um componente que caracteriza a história sul-africana nos três últimos séculos – a violência. A conquista do poder político naquele país ocorreu por meio da força militar, estrangeira e local, para controlar os padrões de trabalho, institucionalizar e perpetuar a exploração nativa. Essa violência causou danos sociais talvez irreparáveis, dado que crianças – especialmente negras – vivem em uma cultura de violência. Essa tendência foi redimensionada nos anos 1970 com o aumento da violência estatal e das lutas de libertação. A criação de um sistema de criminalização que enquadrava gerações de jovens, a violência policial contra as pessoas comuns, a miséria dos

bantustões e as doenças – crime, violência, pobreza e um Estado falido –, essa foi a herança deixada ao governo democrático do CNA. Esse foi o cenário que Mandela teve de enfrentar.

Embora a transição do regime do apartheid para o regime democrático tenha sido marcada pela desconfiança e por eventos que aproximaram a África do Sul de uma guerra civil, o fim do apartheid e a chegada de Mandela à presidência sul-africana finalizou a primeira fase de sua vida política e inaugurou um segundo momento, marcado pela árdua tarefa de romper com a estrutura erguida nos mais de quarenta anos de segregação racial institucionalizada. No âmbito interno, o governo de Mandela definiu o conceito de democracia multirracial e se apoiou em políticas voltadas à ideia de reconciliação.

No âmbito internacional, a administração Mandela procurou projetar a identidade “africana” da África do Sul, valorizando a democracia, o desenvolvimento econômico, a maior aproximação com os países do continente, o multilateralismo, o respeito à soberania dos estados e a resolução de conflitos por meio do diálogo. Além disso, houve a aproximação de nações como Irã, Cuba e Líbia, que, se por um lado eram criticadas pelas potências ocidentais, destacadamente pelos Estados Unidos, por outro, simbolizavam a solidariedade internacional e receberam a manifestação da gratidão do país ao apoio recebido na sua luta contra o regime de segregação.

Desde o início da luta revolucionária, havia duas perspectivas: a da revolução social (que buscava destruir o sistema) e a da libertação nacional (que desejava a democracia, o bem-estar e a “inclusão” no sistema). Embora essas duas perspectivas tenham sido complementares em vários momentos, um dos fatores que acabaram por decidir a prevalência de uma sobre a outra foi a mudança da conjuntura mundial e a contenção (e inércia) da esquerda, que aceitou os limites impostos para ascender ao poder. Contudo, superar a própria história sem prejudicar os interesses dos brancos se tornou a tarefa do CNA. A democracia, em nível político, foi conquistada, mas não em nível econômico. Agora, resta saber o que a África do Sul fará com sua liberdade.

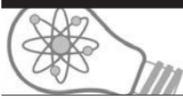
Sem dúvida, Mandela foi um símbolo na luta contra um sistema de discriminação único e brutal. Entretanto, hoje, na África do Sul, há uma espécie de reação conservadora. Obras produzidas por acadêmicos, jornalistas ou, simplesmente memórias de testemunhas do período de vigência do apartheid tentam conferir novo significado ao regime racista e a tudo aquilo que ele representou. Em última análise, o argumento central é o de que o CNA (ou os negros) não foi competente para solucionar os problemas da nação. Instabilidade, corrupção e ineficiência seriam as marcas desses governos. O interessante é que esse discurso, mais uma vez na contramão da História, revela não o problema sul-africano pós-apartheid ou de um governo de maioria negra, mas, sim, o impasse vivido pelas democracias. E não se está falando das “velhas” democracias ocidentais em crise – que, inclusive, estão lançando mão de um ideário xenófobo (novamente) –, mas das “jovens” democracias, que precisam criar um caminho próprio para construir um novo modelo socioeconômico.

*Professora do Curso de Relações Internacionais e do PPG em Estudos Estratégicos Internacionais (ana.danilevicz@ufrgs.br)

A democracia, em nível político, foi conquistada, mas não em nível econômico. Resta saber o que o país fará com sua liberdade



Reconhecido mundialmente, o líder sul-africano recebeu homenagens, como a porta deste prédio situado na South William Street, em Dublin, capital irlandesa



O futuro do transplante está na impressora

FLÁVIO DUTRA/JU



Protótipo de rim impresso é utilizado em estudos na Faculdade de Farmácia

Tecnologia
A bioimpressão de órgãos começa a se tornar realidade e poderá beneficiar milhares

Samantha Klein

A fila de pacientes que aguardam o transplante de órgãos diminui lentamente. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a única espera que se tornou menor foi a das pessoas que precisam de córneas. O trabalho intensivo de uma década otimizou os exames, evitando o descarte desnecessário desses órgãos. Cerca de 90% dos mais de 1,2 mil pacientes precisa de um rim. Poucos são os que aguardam por um coração, mas esse é o tipo de transplante mais complicado, já que o órgão dura no máximo cinco horas após a retirada do corpo de uma pessoa com morte encefálica. Mesmo o estado de Santa Catarina, que tem a melhor taxa do país entre doação e transplantes na comparação com a população brasileira, ainda precisa melhorar o aproveitamento dos órgãos transplantados. Além disso, é determinante trabalhar no convencimento das famílias, diz o coordenador da Central de Transplantes catarinense, Joel Andrade.

Em um cenário de angústia para os pacientes que precisam de uma doação, cientistas de países como Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra vêm estudando a fundo a técnica de biofabricação de órgãos. O Brasil também tem participação importante nessa corrida tecnológica. Apesar de parecer ficção científica, a técnica de impressão de órgãos em 3D pode ser pensada como um jato de tinta sobre o papel: camada por camada, faz-se a sobreposição de células do corpo humano. Esses e outros temas foram discutidos durante o 2.º Encontro Internacional de Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa, realizado em novembro na UFRGS, evento que reuniu especialistas em células-tronco do Brasil e do mundo para discutir avanços em diagnósticos e terapias de saúde nessas áreas.

Desafio em longo prazo – Já é uma realidade a impressão tridimensional de brinquedos, utensílios e próteses faciais em materiais como plástico e metal. No Brasil, existem empresas que começam a colocar no mercado impressoras 3D, que permitem a fabricação desses objetos, a um custo que, no longo prazo, tende a diminuir. A utilização desses equipamentos vem se expandindo para todas as áreas e já provoca resultados na medicina regenerativa. Porém, a engenharia médica ainda vai precisar de muitos anos de pesquisa para imprimir órgãos funcionais. Pele, cartilagem, parte externa da orelha e pedaços de artérias já são produzidos a partir de células, mas

estão longe de serem testados em humanos.

Um dos mais conceituados pesquisadores em bioimpressão, Vladimir Mironov, que atua no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), de Campinas, intensifica o estudo da impressão de tecidos humanos no país. O russo acredita que, com financiamento suficiente, será possível imprimir órgãos em 30 anos. Ele explica que, se a tecnologia for viável, milhares de pessoas serão beneficiadas, mas alerta para a complexidade em “construir” o cérebro. “Geneticamente é fácil, porque você tem células, pode identificar a posição delas e formar conexões a fim de permitir as sinapses. Mas isso é um processo longo para se tornar realidade. Não posso sugerir quando será possível e quanto será gasto para isso. Será necessário muito investimento e anos de pesquisas até se obter um cérebro funcional”, sentencia.

Talvez tão desafiador quanto, mas ainda mais urgente devido ao número de pessoas que precisam de um novo órgão funcional, o rim, uma das mais complexas estruturas do corpo humano, por filtrar o sangue e retirar suas impurezas, é o objetivo número um do cientista. “Milhares de pessoas estão na fila de espera para o transplante. Todos os dias, oito pessoas morrem aguardando somente nos Estados Unidos; é, portanto, um problema clínico real que os pesquisadores precisam solucionar”, defende o cientista, que iniciou suas pesquisas na área da biofabricação há mais de dez anos

na Universidade Médica da Carolina do Sul. Atualmente, ele trabalha na produção das chamadas *lockyballs*, técnica de encapsular células em micropartículas em formato de bola com ganchinhos, presas umas às outras. As microesferas invisíveis são impressas em equipamentos 3D a partir de fios cirúrgicos que são absorvidos pelo corpo.

A técnica também é testada em um protótipo de robô que poderá fazer a próxima etapa da bioimpressão, a in vivo, ou seja, diretamente no corpo do paciente. O CTI tem um braço robótico que já testa a aplicação de células diretamente na região danificada, como lesões de pele ou cartilagem.

Bioimpressora própria – O Centro de Tecnologia da Informação de Campinas projeta para os próximos dois anos a construção de uma impressora própria, capaz de utilizar células para imprimir órgãos. A projeção é inspirada em modelos internacionais, e a meta é ter um equipamento adequado às pesquisas realizadas com pesquisadores de diversas instituições do país. Ter uma bioimpressora não vai significar, no entanto, a impressão de tecidos e órgãos no curto prazo.

O coordenador da Divisão de Tecnologias Tridimensionais do CTI/Campinas, Jorge Silva, explica que a engenharia tecidual precisa de muitos anos de estudo e experimentação em função da complexidade do corpo humano. “Hoje, posso projetar uma peça de um carro no computador e mandar

imprimir. Mas e um coração? Não existem ferramentas matemáticas para calcular como um órgão como esse vai reagir. Podemos fazer simulações computacionais que não são verdadeiras, mas dão a entender que os modelos podem funcionar. Resumidamente, é um trabalho intenso de inter-relação entre dois mundos completamente distintos, que são o da Tecnologia da Informação e o da Biologia”, sustenta.

Convergência tecnológica – A UFRGS é uma das instituições interessadas em ter um equipamento como este e já é parceira do CTI. As pesquisas realizadas no Laboratório de Hematologia e Células-tronco da Faculdade de Farmácia, na área de regeneração de tecidos, são facilitadas pelo convênio com o centro. Os finíssimos moldes tridimensionais usados como suporte para as células-tronco, ou scaffolds, utilizados para regenerar um tecido danificado, são impressos no laboratório de Campinas. Os próximos passos, mesmo distantes, serão trilhados pelo caminho da impressão de órgãos. “Essa técnica de regeneração de tecidos é interessante porque o molde é biodegradável. À medida que as células preenchem a área de uma lesão em um tecido como laringe ou cartilagem, o scaffold vai-se decompondo. Já a tecnologia de bioprinting é vantajosa porque permitirá a impressão de partes maiores, como um fêmur ou um fígado, cujo material não pode ser degradado”, diz a professora Patrícia Pranke.

A pesquisadora ressalta que a convergência das tecnologias da medicina regenerativa é que vai culminar na impressão de um órgão menos complexo. “Ainda é difícil se saber em quanto tempo poderão ser viáveis um coração ou um fígado, mas tecidos mais planos, que não dependam de muitas células e vasos diferentes, um nervo, pele, laringe, traqueia será possível.” Patrícia observa que somente as próximas gerações poderão se beneficiar da biofabricação.

A especialista em células-troncos destaca que, para não alimentar uma falsa expectativa, os pacientes precisam estar atentos a alguns pontos em relação a grupos de pesquisa. Ninguém faz esse tipo de estudo sozinho; todos os cientistas sérios trabalham em grandes centros de pesquisa e em parceria. Além disso, publicam artigos para comprovar os resultados dos testes dos procedimentos estudados, e a participação na pesquisa clínica não pode ser cobrada. “Se uma pesquisa com pessoas é cobrada, o procedimento é charlatanismo, não tem outro nome. É muito fácil enganar uma mãe desesperada, mas, se o tratamento prometer milagres, desconfie”, alerta.



Quem trabalha seus males espanta

História

Obra resgata a experiência do Centro Agrícola de Reabilitação

A utilização do trabalho como um recurso terapêutico para a reabilitação social é o ponto de partida da obra *Loucos nem sempre Mansos*, de Viviane Trindade Borges. A historiadora escreveu sobre o Centro Agrícola de Reabilitação (CAR), localizado em Itapuã, em Viamão – instituição que funcionou no período entre 1972 e 1982. O livro revela as circunstâncias que possibilitaram a criação do Centro e o impacto nas vidas daqueles que para lá foram transferidos.

A autora interessou-se pelo tema durante um estágio no Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital Colônia Itapuã (CEDO-PE/HCI). O objetivo era organizar o acervo do hospital, fundado em 1940 como parte de uma política nacional de controle da hanseníase. “A experiência mudou a minha vida”, considera Viviane. Durante o estágio de dois anos e meio, ela conviveu com pacientes hansenianos e psiquiátricos que acabaram tendo o hospital como residência (muitos após terem perdido o vínculo com as suas famílias). Além de entrevistar alguns desses internados, participou do dia a dia do local, o que mudou a sua maneira de ver as instituições de isolamento. “Isso tornou minha pesquisa mais humana”, revela.

Rejeição e revolta – O CAR foi criado para atender às necessidades do Hospital Psiquiátrico São Pedro, que sofria com o excesso de internados. Viviane relata ter



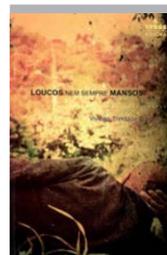
O Centro funcionou de 1972 a 1982 junto ao Hospital Colônia Itapuã em Viamão

FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - ABR/2012

descoberto, durante uma conversa com um dos idealizadores do Centro, a intenção de que o local recebesse apenas os pacientes mais calmos, tidos como “loucos mansos”. A ideia era harmonizar um espaço para reabilitação a partir da atividade laboral, evitando medicações e contenções, e estabelecer uma convivência entre pacientes hansenianos e a comunidade local. Porém, ela descobriu que houve rejeição e revolta da população e dos hansenianos, que redigiram um abaixo-assinado contrário ao recebimento dos pacientes psiquiátricos. Havia um medo coletivo de que fossem perder espaço no local em que habitavam. Nem o diretor do Hospital Colônia concordava

com tal transferência, pois o temor de que esses pacientes causassem algum tipo de mal era frequente.

Mas, uma vez aceitos e transferidos, alguns pacientes protagonizaram fugas, suicídios e pequenas estratégias, como roubar cigarros ou negar-se a trabalhar. “Por isso, o título ‘loucos nem sempre mansos’; ver os internos como uma massa homogênea é um engano”, critica. O trabalho poderia ser realizado no refeitório, na lavanderia, no jardim ou na horta, e não deveria ser forçado nem exercido como uma forma de castigo, e sim como uma recompensa – principalmente por ser encarado como a possibilidade de cura e consequente retorno ao “mundo normal”. Os documentos



Loucos nem sempre mansos

Viviane Trindade Borges
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012
200 páginas
R\$ 40 (valor médio)

resgatados também mostram a manutenção da identidade dentro da situação do confinamento. Pesquisando no livro de ocorrência do CAR (documento que servia para que os atendentes escrevessem os acontecimentos do cotidiano da instituição), Viviane conta ter-se deparado com versos, devidamente assinados e datados. Tratava-se de

um paciente que roubava o livro e escrevia poesia, por vezes criticando a instituição. “Ouvi lamentos tristes e embrutecidos em papéis amarelados pelo tempo”, recorda a autora, “mas também encontrei poemas, fotografias e cartas de amor”, finaliza.

Rafaela Pechansky, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



A arte: conversas imaginárias com minha mãe

Juanjo Sáez | São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2013
264 páginas | R\$ 48 (valor médio)

Arte esquadrinhada

Arte é normalmente associada a algo distante da vida cotidiana e, por isso, incompreensível. Na contramão dessa ideia, o desenhista e quadrinista espanhol Juanjo Sáez produziu o que ele chamou de “conversas imaginárias com a mãe”. No livro intitulado *A arte*, o barcelonês vai passeando por temas diversos ligados à produção artística – tanto a moderna quanto a contemporânea. Com histórias em quadrinhos, charges e apontamentos, o autor vai esmiuçando obras, perfis e ideias. Picasso, por exemplo, é representado como um gigante, algo corcunda, de dentes afiados à moda de um monstro. Facilmente identificável pela tez morena, pela camiseta de listras horizontais e pelos cabelos brancos, o artista diz: “Vou destruir a realidade”. Assim, Juanjo põe em discussão a perspectiva cubista de representar os diversos planos de um objeto, abandonando as regras de perspectiva que havia séculos dominavam a arte e faziam com que uma pintura fosse como uma janela por meio da qual se via o mundo representado.

Agora era o quadro em si o objeto. Também reflexões sobre a arte de uma maneira mais geral vão surgindo durante os diálogos com a figura maternal – “Tenho mania de terminar as conversas com a minha mãe na minha cabeça”, adverte ele. Isso sem contar as digressões sobre a vida de forma mais ampla que pipocam de quando em quando no texto. A arte seria, para Juanjo, infinita e múltipla: é “uma janela para lugares desconhecidos”. Nesse sentido, discute a importância do feio como forma de experimentação e meio de acesso a um novo belo, diferente do previamente estabelecido. Ele, inclusive, aconselha que, ao se contemplar a arte, é preciso despir-se de expectativas, não esperar nada: “Não lhe peça que pareça o que não é”. É uma pena que o desenho original de Sáez tenha perdido a caligrafia do autor, substituída por uma família tipográfica que imita a escrita à mão. Mérito, porém, da editora, que tentou criar uma sensação artesanal no texto ao reproduzir as rasuras que estavam na versão em espanhol. (Everton Cardoso)



Essencial Celso Furtado

Rosa Freire d'Aguiar (organizadora) | São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2013 | 528 páginas | R\$ 36 (valor médio)

Pensamento crítico

Nove anos após seu falecimento, o economista Celso Furtado, um dos mais importantes “intérpretes do Brasil”, ao lado de Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e outros intelectuais nacionais, ganha sua primeira antologia em língua portuguesa. *Essencial Celso Furtado*, publicado este ano pela Penguin Classics Companhia das Letras, apresenta alguns dos principais artigos e ensaios teóricos do pensador e cientista social que se dedicou ao estudo dos fenômenos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Os textos estão distribuídos em quatro seções, idealizadas pela organizadora do livro, a jornalista Rosa Freire d'Aguiar (esposa de Furtado por 25 anos), para expressar os principais eixos da produção acadêmica do economista: “Trajetórias”, “Pensamento Econômico” (subdividido em “Teoria” e “História”), “Pensamento Político” e “Cultura, Ciência, Economistas”. O prefácio é de autoria do professor de Economia da UFRJ Carlos Brandão. O livro reúne desde trabalhos produzidos por Furtado na década de

50 – como *Os mecanismos de defesa e a crise de 1929*, lançado originalmente como um capítulo do hoje clássico *Formação econômica do Brasil*, de 1959 – até seu último texto, o artigo *Para onde caminhamos?*, publicado no *Jornal do Brasil* dez dias antes de sua morte, em 2004, abarcando, dessa forma, toda a sua trajetória acadêmica e política. Outro destaque é a presença de alguns artigos inéditos do economista. A seleção dos escritos presentes no livro, feita a partir de indicações do próprio autor, compõe uma boa amostragem do pensamento de Celso Furtado, tornando-a ideal para aqueles que buscam uma introdução às ideias deste que é um dos pioneiros da chamada Escola do Estruturalismo Latino-americano. As 528 páginas da obra apresentam suas muitas facetas: historiador do Brasil, protagonista da problematização sobre o Nordeste (sua terra natal), fundador do Ministério do Planejamento do país, economista crítico do neoliberalismo e, em especial, teórico do desenvolvimento. (Murilo Zardo)

Mestre do conto

AUGUSTO GOMES/FILICKR - LICENÇA CC BY-NC 2.0



O túmulo do autor, situado no cemitério de Montparnasse, em Paris, é alvo de discreta peregrinação

Literatura Especialistas assinalam o caráter inovador da obra do escritor argentino no ano de seu centenário

2014 será o ano do escritor Julio Cortázar. Em fevereiro, completam-se 30 anos do seu falecimento e, em agosto, para acrescentar entusiasmo às homenagens que serão prestadas, teremos o centenário do argentino. A largada para as comemorações foi dada no ano passado, com o aniversário de 50 anos da publicação de *O Jogo da Amarelinha*, uma de suas obras emblemáticas. Estão previstos cursos, conferências, lançamentos de edições especiais, exposições de fotos e a abertura, na província de Chivilcoy, em Buenos Aires, de um centro cultural que levará seu nome.

‘Contista primoroso’, ‘romancista revolucionário’: são múltiplas as definições dadas ao escritor. Cortázar experimentou diversos gêneros, buscando sempre quebrar os padrões clássicos da literatura. Acabou por revolucionar não apenas a produção de seu país, mas também por difundir-la pela Europa, onde viveu boa parte de sua vida. Mas se engana quem pensa que Cortázar seja uma unanimidade. Se, no Brasil, até hoje o autor é reverenciado, em sua terra natal suas transgressões estéticas foram relegadas pela crítica.

Desenhando palavras – Filho de pais argentinos, ele nasceu na Bélgica, em 1914, mas permaneceu lá por pouco tempo. Devido à Primeira Guerra Mundial, a família perambulou pela Europa até que, por volta de 1920, retornou à Argentina. Tal versão biográfica, diferente daquela tradicional, segundo a qual Cortázar seria filho de diplomatas, é apresentada pelo músico e tradutor Sérgio Karam na antologia “A autoestrada do sul e outras histórias”, lançada recentemente pela editora L&PM.

Como conta Sérgio, durante a infância em uma casa situada no subúrbio da capital portenha, Cortázar viveu rodeado pelas mulheres da família. Costumava refugiar-se nos livros, tendo entrado cedo em contato com autores como Júlio Verne e Edgar Allan Poe. Em entrevistas, revelou que, por ter sido um menino muito doente, quando ficava de cama costumava escrever com o dedo contra a parede ou mesmo no ar, brincando com as palavras.

O contato com a literatura e a paixão pelas palavras o fizeram optar por seguir o magistério em Letras. Começou lecionando no

interior argentino. Nas horas vagas, fazia traduções literárias. Em 1948, com a carreira consolidada, tornou-se Tradutor Público Nacional, título que o levaria mais tarde a Paris, onde trabalhou para a Unesco e fixou residência. Na década de 40, escreveu os primeiros contos, publicados esparsamente em revistas literárias.

Na mesma época, publicou o poema *Los Reyes*, uma de suas raras incursões no gênero. Contudo, seu forte eram os contos, gênero no qual teve uma intensa produção. A narrativa curta serviu à experimentação tanto da forma quanto do conteúdo e originou, além dos contos tradicionais, textos híbridos. É o caso de *Histórias de Cronópios e de Famas*, lançado em 1962, que, sem ter uma estrutura de texto definida, contém personagens imaginários, os quais o próprio leitor deve corporificar.

Crítica política – Comumente associamos Cortázar às suas conhecidas histórias fantásticas, mas os textos breves e inovadores também foram lugar para o engajamento político do autor.

De acordo com Karina Lucena,

professora do Instituto de Letras da UFRGS e estudiosa da obra do escritor, ele era um intelectual de esquerda. Apesar de sua literatura só mostrar isso de modo evidente em seus últimos anos de produção, como no romance *O Livro de Manuel*, de 1973, o autor sempre esteve comprometido com as causas sociais e políticas de seu país. Inicialmente, sua crítica se dirigiu ao peronismo, depois às ditaduras militares que assombraram a Argentina e a América Latina.

Mas, como explica Karina, Cortázar não era bem-quisto por parte da esquerda. Isso porque, para os mais sectários, seus contos fantásticos levariam à “alienação” ou também porque muitos desses textos eram abertos a múltiplas interpretações. “Ele usava o fantástico para descrever aquilo que não conseguia dizer realisticamente”, aponta a professora. O recorte político, contudo, era apenas uma das chaves de leitura. “O leitor podia interpretar como um conto fantástico simplesmente.”

Apesar de o fantástico não ter sido o único caminho trilhado, Cortázar soube percorrê-lo de modo magistral. O escritor e tradutor Ernani Ssó considera que o autor inovou ao não utilizar o fantástico de um modo alegórico ou satírico, como é habitual nesse gênero literário. “Nas histórias dele, o fantástico vem de dentro para fora do texto e insere o leitor de um modo muito imediato naquela realidade”, elucida.

O tradutor também sustenta que, muitas vezes, o que dá o tom fantástico à narrativa não são propriamente os elementos e os seres imaginários, mas o modo como se inserem no cotidiano dos personagens e na própria mente do leitor.

Música e cinema – É impossível falar de Cortázar sem lembrar a presença do jazz em sua obra. Além de ele próprio ter sido instrumentista, dizia-se influenciado pelo improviso característico dos músicos desse estilo.

Porém Liliam Ramos, também professora do Instituto de Letras, acredita que a obra de Cortázar não tem tanto improviso assim. “Ele costumava ter as regras do jogo nas mãos”, esclarece, acrescentando que as referências ao jazz apareciam explicitamente. Por conta disso, Ernani comenta que o escritor foi como um guia artístico para muitos jovens da época.

Isso fica evidente no conto “O perseguidor”, de 1959, presente em *As armas secretas*, inspirado na vida de Charlie Parker. É dessa mesma coletânea “As babas do diabo”, história que inspirou o cineasta italiano Michelangelo Antonioni a criar o filme *Blow-up*. Outra adaptação de sucesso para o cinema foi *Weekend*, de Jean-Luc Godard, baseado no conto “A autoestrada do sul”.

Antirromance – Apesar da preponderância dos contos, uma das obras máximas de Cortázar foi *O Jogo da Amarelinha*. Publicado em 1963, *Rayuela*, título original do livro, é um romance no qual o escritor reuniu os ideais literários que fora expondo paulatinamente em seus contos.

Na visão de Karina, trata-se de um antirromance, cujas partes pare-

cem contos que foram inseridos na narrativa. Logo na abertura, aparece uma inovação: um “tabuleiro de direções”, que permite a leitura em qualquer uma das ordens sugeridas, as quais levam o leitor a diferentes histórias. Mas a obra também pode ser lida linearmente em 56 capítulos. “A inovação está nos capítulos prescindíveis a partir dos quais Cortázar define o que entende por literatura e estabelece o leitor ideal para aquele romance: alguém que participa e que é cúmplice na leitura”, examina Liliam.

Entretanto, a crítica argentina não se mostrou tão favorável às aventuras estéticas de Cortázar. Há inclusive quem diga que ele é um escritor para adolescentes. As professoras acreditam que tal fama se deve ao fato de que Maga e Horácio, personagens de *Rayuela*, inspiraram muitos jovens em uma época de liberação social, mas, depois de certo tempo, a trajetória dos dois não se mostrava mais tão transgressora.

Para Ernani, a fama conquistada junto aos jovens não diminui a obra do escritor, pelo contrário. “Quem disse que o gosto dos adolescentes não pode ser levado a sério?”, questiona. Para o bem ou para o mal, Cortázar tornou-se uma das principais referências literárias de seu país, ao lado de Jorge Luis Borges e Juan José Saer.

Mesmo aqueles que criticam sua canonização não escapam de sua sombra. É o caso do escritor e crítico Ricardo Piglia. “Ele é um dos que mais questiona o legado de Cortázar, mas quando escreve é muito ‘cortaziano’”, comenta Karina.

É consenso entre os entrevistados que, diferentemente de outros autores vanguardistas, a obra do argentino permanece. Ernani diz que Cortázar teve uma proposta formal profunda e audaz, mas sem deixar de ser narrativo. “Senão, se passariam 10 anos e ninguém mais o leria”, afirma. Karina usa como exemplo Macedonio Fernández, dono de ideias muito semelhantes às de Cortázar, mas que não chegou à altura do escritor por possuir uma escrita muito truncada. Ela aponta como sucessor do argentino, o chileno Roberto Bolaño.

Má tradução – Na opinião de Ernani, os brasileiros poderiam se empolgar ainda mais com a leitura de Cortázar, caso as traduções daqui fossem mais bem trabalhadas. Ele lamenta que a maioria das nossas traduções não consiga acompanhar o ritmo do autor. Mas aponta exceções, como a tradução de Heloisa Jahn para os contos da recente edição da L&PM. Segundo ela, cada conto tem sua “pegada própria”, apresentando variações de sintaxe e de tom. “A dificuldade específica de cada história é sintonizar com essa atmosfera única e reproduzi-la de um jeito que funcione com naturalidade”, explica.

Os devotos de Cortázar podem comemorar: neste ano será lançada uma nova edição de *O Jogo da Amarelinha* pelo selo Record, com tradução de Eric Nepomuceno, que promete fazer jus à qualidade literária do mestre argentino.

Júlia Corrêa da Rocha, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Redação: Ânia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE



Programação busca sensibilizar o público para os resultados da ação humana sobre o ambiente

Preservar é preciso

Ceclimar Oficinas e atividades de educação ambiental para a conscientização de crianças e jovens

Durante os meses de janeiro e fevereiro, o Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos da UFRGS (Ceclimar) desenvolve a sua programação de verão.

Conforme a bióloga Cariane Campos Trigo, o objetivo é divulgar uma ampla gama de informações sobre o ambiente marinho e costeiro. “Nossa ideia é despertar para a conscientização ambiental e para a preservação de nossos ecossistemas. Com o aumento da população nos meses de verão no litoral, torna-se importantíssimo fornecer aos veranistas e visitantes o acesso ao conhecimento científico, a fim de promover a diminuição da desinformação a respeito da zona costeira e marinha”, explica.

Ela acrescenta que o trabalho de educação ambiental realizado pela equipe do Centro também visa incentivar ações que minimizem os

processos de degradação dos ambientes naturais.

Sensibilização – Cariane observa que a conscientização sobre os problemas que o homem causa ao meio ambiente baseia-se na sensibilização do público envolvido. Por isso, a maioria das atividades da programação é voltada ao público infantil, já que as crianças estão em fase de construção de seu caráter.

Além das visitas ao Centro, realizadas durante todo o ano, os estudantes podem participar de cursos sobre os ecossistemas do litoral norte e suas principais questões de conservação. Esse trabalho é complementado por visitas às instituições de ensino, através do Projeto Museu vai à Escola, pelo qual se oferecem palestras e oficinas, juntamente com a exposição de parte de seu acervo museológico.

Com 35 anos de atuação, o

Ceclimar promove pesquisa, ensino e extensão em áreas que incluem o gerenciamento costeiro, a biodiversidade e a ecologia dos ambientes.

Consumo consciente – Para a bióloga, o litoral norte gaúcho tem problemas em comum com a maior parte do litoral brasileiro: “A pesca irregular, a construção de condomínios em áreas impróprias, a exploração das dunas e a poluição dos corpos d’água, oriunda tanto do tratamento inadequado do esgoto quanto da introdução de contaminantes pela indústria e agricultura. Porém, o maior problema da região costeira nos meses de verão é o lixo”, denuncia. Segundo Cariane, a redução do consumismo, a reutilização dos materiais e a reciclagem e destinação adequada dos resíduos sólidos deveriam ser a prioridade da população e de seus governantes.

CINEMA

Bloody Mary - a badass summer

Em janeiro e fevereiro, a Sala Redenção apresenta um cinematográfico drink visceral, exibindo filmes com anti-heróis do cinema. A mostra tem curadoria de Guilherme Bragança, estudante do curso de História, e Maurício Lobo, aluno do curso de Jornalismo, ambos bolsistas do Departamento de Difusão Cultural. As sessões têm entrada franca.

TRÊS HOMENS EM CONFLITO
(*Il buono, il brutto, il cattivo*, Itália, 1966, 161 min), de Sergio Leone
Sessões: 20 de janeiro, 19h; 21 de janeiro, 16h

KILL BILL: VOLUME 1
(*Kill Bill: Vol. 1*, EUA, Japão, 2003, 111 min), de Quentin Tarantino
Sessões: 21 de janeiro, 19h; 22 de janeiro, 16h

KILL BILL: VOLUME 2
(*Kill Bill: Vol. 2*, EUA, 2004, 137 min), de Quentin Tarantino
Sessões: 22 de janeiro, 19h; 23 de janeiro, 16h

LARANJA MECÂNICA
(*A clockwork orange*, Reino Unido, 1971, 136 min), de Stanley Kubrick
Sessão: 27 de janeiro, 16h

CÃES DE ALUGUEL
(*Reservoir dogs*, EUA, 1992, 99 min), de Quentin Tarantino
Sessões: 27 de janeiro, 19h; 28 de janeiro, 16h



O PODEROSO CHEFÃO
(*The godfather*, EUA, 1972, 175 min), de Francis Ford Coppola
Sessões: 28 de janeiro, 19h; 29 de janeiro, 16h

O PODEROSO CHEFÃO: PARTE II
(*The godfather: part II*,

EUA, 1974, 200 min), de Francis Ford Coppola
Sessões: 29 de janeiro, 19h; 4 de fevereiro, 19h

LADY VINGANÇA
(*Chinjuhan geomjasshi*, Coreia do Sul, 2005, 112 min), de Park Chan-wook
Sessões: 30 de janeiro, 16h; 5 de fevereiro, 16h



TAXI DRIVER
(EUA, 1976, 113 min), de Martin Scorsese
Sessões: 3 de fevereiro, 16h; 27 de fevereiro, 19h

OLDBOY
(*Oldboy*, Coreia do Sul, 2003, 120 min), de Park Chan-wook
Sessões: 3 de fevereiro, 19h; 4 de fevereiro, 16h

O PROFETA
(*Un prophète*, França, 2009, 150 min), de Jacques Audiard
Sessão: 6 de fevereiro, 16h

CLUBE DA LUTA
(*Fight club*, EUA, 1999, 139 min), de David Fincher
Sessões: 6 de fevereiro, 19h; 10 de fevereiro, 16h

OS SETE SAMURAI
(*Shichinin no samurai*, Japão, 1954, 207 min), de Akira Kurosawa
Sessão: 7 de fevereiro, 19h

CIDADE DE DEUS
(Brasil, 2002, 130 min), de Fernando Meirelles
Sessões: 10 de fevereiro, 19h; 11 de fevereiro, 16h

ASSASSINOS POR NATUREZA
(*Natural born killers*, EUA, 1994, 119 min), de Oliver Stone
Sessão: 12 de fevereiro, 16h

OS BONS COMPANHEIROS
(*Goodfellas*, EUA, 1990, 145 min), de Martin Scorsese

Sessões: 12 de fevereiro, 19h; 13 de fevereiro, 16h

BASTARDOS INGLÓRIOS
(*Inglorious basterds*, EUA, Alemanha, 2009, 153 min), de Quentin Tarantino
Sessões: 13 de fevereiro, 19h; 17 de fevereiro, 16h

YOJIMBO, O GUARDA-COSTAS
(*Yojimbo*, Japão, 1961, 110 min), de Akira Kurosawa
Sessões: 17 de fevereiro, de 19h; 18 de fevereiro, 16h

O HOMEM DO ANO
(Brasil, 2003, 113 min), de José Henrique Fonseca
Sessões: 18 de fevereiro, 19h; 19 de fevereiro, 16h

DJANGO LIVRE
(*Django unchained*, EUA, 2013, 165 min), de Quentin Tarantino
Sessões: 19 de fevereiro, 19h; 20 de fevereiro, 16h

PERSEGUIDOR IMPLACÁVEL
(*Dirty Harry*, EUA, 1971, 102 min), de Don Siegel
Sessões: 20 de fevereiro, 19h; 24 de fevereiro, 16h

GANGUES DE NOVA YORK
(*Gangs of New York*, EUA, Itália, 2002, 167 min), de Martin Scorsese
Sessões: 24 de fevereiro, 19h; 25 de fevereiro, 16h



PULP FICTION - TEMPO DE VIOLÊNCIA
(*Pulp Fiction*, EUA, 1994, 154 min), de Quentin Tarantino
Sessões: 25 de fevereiro, 19h; 26 de fevereiro, 16h

SHAFT
(EUA, 1971, 100 min), de Gordon Parks
Sessões: 26 de fevereiro, 19h; 27 de fevereiro, 16h

OFICINAS

Programação de verão

Atividades na sede do Ceclimar, em Imbé, direcionadas a crianças a partir dos 10 anos de idade. Entrada franca.

DUNAS: SEU PAPEL E SUA FAUNA
Ministrante: João L. Pereira Jr.
Data: 16 de janeiro
Horário: 14 às 16h

CONVIVENDO COM DINOSSAUROS: QUEM SÃO E ONDE VIVEM?
Ministrantes: Bruna Barros e Gabriela Schaleberger
Data: 23 de janeiro
Horário: 14 às 16h



ANIMAIS MARINHOS
Oficina de origami.
Ministrante: Luciana Brito
Data: 30 de janeiro
Horário: 14 às 16h
Faixa etária: 6 a 10 anos

DIVERSIDADE DA FAUNA MARINHA DO RS
Ministrantes: Bernardo

Arús e Paola Foletto
Data: 6 de fevereiro
Horário: 14 às 16h

RECICLAGEM DE PAPEL
Ministrante: Marta Gross D'Amico
Data: 13 de fevereiro
Horário: 14 às 16h

ANFÍBIOS E RÉPTEIS DO RS
Ministrantes: Cássia Maciel e Emanuelly Silva
Data: 20 de fevereiro
Horário: 14 às 16h

ANIMAIS MARINHOS
Oficina de origami.
Ministrante: Luciana Brito
Data: 27 de fevereiro
Horário: 14h às 16h
Faixa etária: a partir dos 10 anos

Mostra

CECLIMAR VAI À PRAIA
Miniexposição de parte do acervo do Museu de Ciências Naturais que será apresentada em quatro balneários do litoral norte. Entrada franca.

IMBÉ
Período: 10 de janeiro a 14 de fevereiro

TRAMANDAÍ
Período: 17 de janeiro a 14 de fevereiro

ATLÂNTIDA SUL
Período: 24 de janeiro a 21 de fevereiro

XANGRI-LÁ
Período: 31 de janeiro a 28 de fevereiro

EXPOSIÇÃO

ArquiTexturas

Mostra fotográfica de Cesar Bastos de Mattos Vieira que destaca as peculiaridades da arquitetura e da natureza. Arquiteto e fotógrafo, o olhar atento do autor estabelece um paralelo entre o arranjo das formas naturais e a apropriação de seus princípios de composição por parte dos arquitetos. Curadoria do professor Airton Cattani.

Visitação: até 31 de janeiro
Local e horário: saguão da reitoria, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h
Entrada franca

Alices: cenários de vida e arte

Exposição realizada em parceria inédita do Museu da UFRGS com os alunos do curso de Museologia da Universidade. Utilizando documentos e obras, a mostra narra parte da trajetória das artistas plásticas Alice Brueggemann e Alice Soares, do Instituto de Artes. Visitação: até 14 de fevereiro
Local e horário: mezanino do Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h
Agendamento de grupos pelo e-mail educativo@museu.ufrgs.br
Entrada franca

ONDE?

► **Ceclimar**
Av. Tramandaí, 976 - Imbé
Fone: 3627-1309

► **Museu da UFRGS**
Av. Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

► **Saguão da reitoria**
Av. Paulo Gama, 110, térreo
Fone: 3308-3034

► **Sala Redenção**
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

Meu Lugar na UFRGS



Escola de afetos

“Formávamos uma família. O grupo era pequeno, e nós éramos tudo gurizada. Eu tinha 18, 19 anos. Todo mundo tinha essa idade, com poucas exceções.” Quem foi que disse que lugares são apenas espaços, ambientes com presença física? Para Sílvia Regina Jonsson, a antiga Escola Técnica da UFRGS é daqueles locais que, mesmo não existindo mais, insistem em permanecer na memória afetiva. Ainda mais que se trata da primeira sede, que ficava no câmpus central, logo atrás do atual prédio das Ciências Econômicas. “De todos, foi o meu preferido”, enfatiza depois de enumerar todos os lugares por que passou em seus quase trinta anos de Universidade.

Após de ter sido aluna do curso de Secretariado da Escola Técnica, bolsista do Instituto de Biociências e de ter trabalhado na secretaria do Programa de Pós-graduação em Administração, Sílvia retornou como concursada ao lugar que primeiro a acolhera na instituição. Exímia datilógrafa, foi para o setor responsável pela emissão de diplomas e históricos escolares. “Os funcionários não eram mais os mesmos do meu tempo de aluna, apenas o diretor”, diz. Nessa chegada, ela imediatamente foi levada a repassar sua própria história. “Eles tinham arquivos de aço, com gavetas e fichas de todos os ex-alunos”, começa a contar sobre sua primeira tarefa no novo emprego. Teve, então, de elaborar uma lista com os nomes de todos os alunos com passagem pela instituição. “Fui pegar uma pasta e era a do ano em que me formei. Tinha uma ficha destacada acima das outras. Era a minha”, diverte-se. “Perguntei por que estava assim”, conta, “e uma colega disse que queria saber quem era a tal Sílvia.”

Brincalhona e com facilidade para travar novas amizades, logo se enturmou. “Era uma farra”, diz às gargalhadas. E rememora um momento da vida em que, além de trabalhar, também iniciava o bacharelado em Administração: “Eu já tinha vinte e poucos anos, estava na faculdade, namorava. Amadureci

muito nessa época, cresci”. Logo à entrada do edifício em que funcionava a Escola, havia um longo corredor e, ao fundo, a Secretaria, local de trabalho de Sílvia. “Tinha uma balcão e havia umas banquetas em que sempre estávamos sentadas, a Rosani Nicoletti e eu. A rapaziada vinha nos paquerar, mas eu nunca entrei nessa onda, pois eram muito guris. Ficava tudo para ela”, relembra. “Só teve um rapaz que cursava transações imobiliárias, numa época em que eu estava sem namorado”, ressalva. Para Sílvia, os finais de ano eram os momentos de mais trabalho: “Eu ficava louca”. A ela cabia datilografar os canudos para entregar aos formandos, preparar os históricos escolares, entre outras tarefas. “Quando os alunos entravam, traziam os documentos, era eu quem cuidava. Por isso, sabia todos os nomes”, orgulha-se.

“Sempre ponho minha personalidade nas coisas”, diz para anunciar as pequenas mudanças que imprimira ao lugar de trabalho. Lembra-se, por exemplo, de ter resgatado uma samambaia que definhava no Diretório Acadêmico e de tê-la posto sobre um armário que dividia as salas do diretor, Clóvis Vergara Marques, e da colega Lília Medeiros. “O professor abria a porta do armário e ficava fumando cachimbo debaixo da planta”, relata. “Ele dizia que era por isso que ela estava bonita, mas era eu que estava sempre sobre um banco regando e cuidando. Eu também tinha violetas num armário no meu cantinho”, conta com afeto. Mas Sílvia não se aguentou muito tempo na Escola Técnica: comichou-lhe a vontade de atuar em outro local. Em 1984, foi trabalhar na Pró-reitoria de Extensão; em 1995, migrou para a atual Pró-reitoria de Gestão de Pessoas; e, em 2013, passou ao Conselho de Curadores. Permanecem, porém, as lembranças do lugar que lhe deu, inclusive, vários amigos que ainda mantém.

Everton Cardoso

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Música e letras

Ignacio Neis
Professor fundou o Coral de Letras, do qual foi regente por mais de uma década

Everton Cardoso

O que é a vida, senão uma sucessão de acontecimentos que, depois, tornar-se-ão memórias e, enfim, história: “Termina aqui”, sentencia Ignacio Antonio Neis ao falar de seu livro *Crônica de um Coral de Letras*. Assim o professor aposentado da UFRGS anuncia mais um capítulo da trajetória de vida que oscilou entre a dedicação à academia e um diletantismo pela música – este recentemente transformado em livro.

A música chegou à vida de Ignacio aos 7 anos, em Bom Princípio. Sua professora levava para as aulas um harmônio – espécie de órgão pequeno com palhetas em vez de tubos – e fazia os alunos cantarem, principalmente em época natalina. “Oh, Jesusinho tão queridinho, teus irmãozinhos...”, cantarola para lembrar a canção que dedilhou um dia ao ficar a sós com o instrumento depois que todos os colegas haviam ido embora. “A professora me viu, correu para a casa de meu pai para dizer que ele deveria comprar um harmônio. Ele comprou”, conta, externando admiração pela sensibilidade da docente. Daí em diante, o envolvimento musical só se intensificou: aprendeu a tocar órgão de tubos e, na juventude, já morando em Porto Alegre, fundou o coro Canários de São José, na Escola Roque González, no início dos anos 1960. Ignacio regia e tocava órgão, funções que, depois, viria a

desempenhar em outros agrupamentos musicais. Como musicista, participa até hoje do coral católico Fratelli. “Sou organista litúrgico, não faço concertos”, ressalva.

Na Universidade, foi em 1995 que o então professor aposentado havia um ano iniciou seu trabalho como regente à frente do Coral de Letras. “Nas festas de Natal, sempre queriam cantar em diversas línguas. O pessoal começou a dizer que tínhamos de fazer um coral”, relata. Em uma conversa no fim do ano de 1994, alguém perguntou quem poderia reger e, imediatamente, a colega e professora Myrna Bier Appel insinuou: “Tem certo professor aposentado...”. “Todo mundo entendeu que era eu”, diverte-se Ignacio. Foi então que surgiu a ideia de criar um coro de câmara com a comunidade ligada ao Instituto de Letras. Essa é uma história sobre a qual Ignacio não consegue falar sem que a emoção aflore em seu relato e ele tenha que tomar um segundo para recobrar o fôlego. “A Myrna era muito cuidadosa. Introduziu um livro de registros onde se anotava tudo o que acontecia. Se me perguntam sobre uma música que cantamos em alguma apresentação, digo que não lembro, mas o livro, sim”, conta sobre o rico e minucioso material que serviu de base para a publicação que lançou no mês passado.

Do sacerdócio ao magistério – Pesquisador que se dedicou a estudos relacionados ao idioma francês, ele relata que esse envolvimento com a língua e a tradução teve início muito cedo. “Quando criança, achava que tinha vocação para ser padre. Estudei no seminário, mas percebi que não estava realmente vocacionado para o sacerdócio”, rememora. A opção foi procurar algo que, a partir daí, lhe servisse de profissão: “Tinha tendência para ser professor de letras”. Assim, Ignacio ingressou na PUCRS para fazer sua

formação em línguas neolatinas – latim, português, francês, espanhol e italiano. Ao terminar a graduação, em 1962, partiu para sua formação de pós-graduação em língua francesa. Foram dois anos no Centro de Estudos Superiores de Francês, no Rio de Janeiro, seguidos do doutoramento na Université de Grenoble. “Defendi minha tese numa época muito conturbada, em 1968”, revela. Foi no mês de junho, quando o país ainda estava em ebulição com greves e barricadas feitas em maio por operários e estudantes. Seu prazo, porém, não permitia prorrogação; a bolsa se encerraria. “Meu orientador disse para fazer a defesa ‘clandestinamente’. Isso porque os estudantes não iam deixar. Ele pediu que avisasse só a amigos, não ao público”, relembra. E se orgulha: “Obtive menção très honorable à l’unanimité du jury”, diz em francês bem pronunciado. “Hoje todo mundo tem de fazer doutorado. Mas naquela época ninguém tinha”, conta.

Ignacio iniciou sua trajetória como professor em duas instituições: na Fapa, permaneceu até 1982; na PUCRS, até 1985, quando se tornou professor com dedicação exclusiva na UFRGS – tornou-se titular em 1988. Tradutor e pesquisador, dedicou-se à compreensão do processo de transposição de um texto literário do francês para o português. “O texto diz muito mais do que uma frase isolada”, aclara sobre o cerne de ideias que se tornariam referenciais na área.

Hoje, depois de escrito aquele que considera o capítulo final de sua carreira, Ignacio demonstra-se realizado: recebe inúmeras homenagens – inclusive em sua terra natal, sendo parte de uma família enorme e carinhosa. “Tenho 60 sobrinhos e dezenas de sobrinhos-netos e bisnetos”, contabiliza. “Estás vendo esse quadro? Foi uma homenagem que fizeram para mim”, orgulha-se ao mostrar uma foto sua rodeada de mensagens de carinho manuscritas.



FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Durante as campanhas eleitorais, toda uma poluição visual invade as cidades: santinhos, faixas, cartazes com imagens. A eleição termina, o tempo passa, e tais retratos permanecem na paisagem, desmanchando-se aos poucos, misturando-se a outros cartazes, desbotando pela ação do tempo e do homem.

Interrompendo tal ciclo de aparição e desaparecimento, o ensaio apresenta esses retratos mais uma vez, em recortes que os plasmam no tempo da maneira como foram encontrados: dissolutos em camadas sobrepostas sobre muros da cidade. O cartaz que se dissolve com as imagens torna-se novamente a fotografia que suspende o tempo – e a fotografia, por sua vez, volta a ser cartaz.

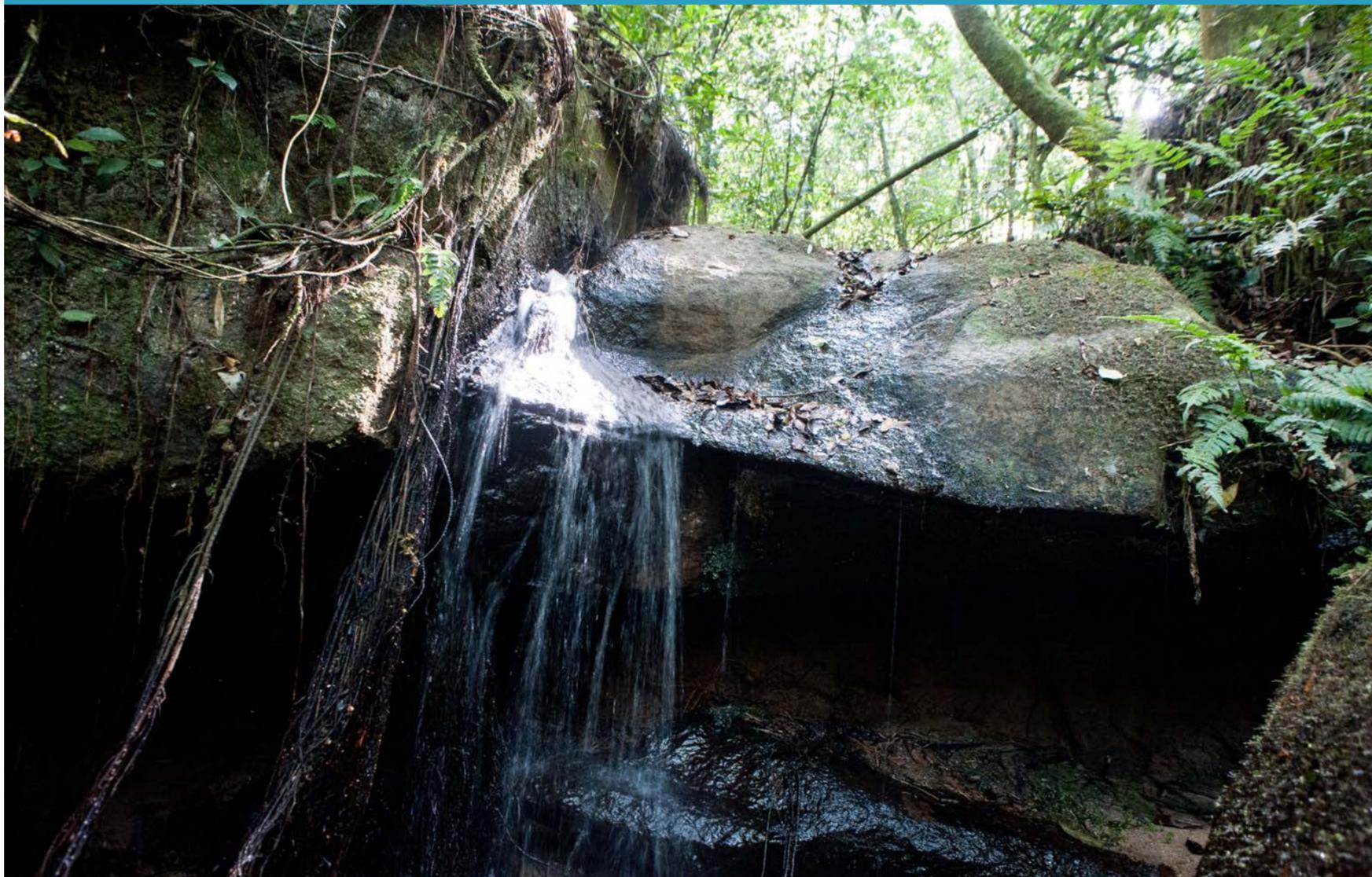
Impressas em papel comum e retornando à parede como “lambe-lambes”, as imagens de (re)tratos perpassam um ciclo. Apropriando-se de fotografias já existentes, a posição de autor passa a não ser claramente definida, e a durabilidade da obra, ou a sua “não durabilidade”, passa a interagir com o trabalho.

(re)tratos

TEXTO E FOTOS **GUSTAVO DIEHL**



GUSTAVO DIEHL É JORNALISTA E FOTÓGRAFO. É UM DOS NOVOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA UFRGS, TENDO SIDO SELECIONADO NO ÚLTIMO CONCURSO PARA O CARGO DE FOTÓGRAFO. JÁ PARTICIPOU DE DIVERSAS EXPOSIÇÕES COLETIVAS E INDIVIDUAIS. FOI VENCEDOR, AO LADO DE DENISE HELFENSTEIN, DO III PRÊMIO CCMQ DE FOTOGRAFIA, EM 2005, COM UM TRABALHO DE RETRATOS EM FOTOGRAFIA PINHOLE.



Uma das nascentes do Arroio Dilúvio, situada no Parque Saint Hilaire, contrasta com a imagem do arroio poluído que atravessa Porto Alegre até desaguar no Guaíba

Turvo destino das águas

Gestão *O atraso na promulgação do Plano Estadual de Recursos Hídricos é um dos principais entraves para o efetivo gerenciamento dos mananciais hidrográficos do estado*

TEXTO **JACIRA CABRAL DA SILVEIRA**

FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

Depois de caminhar por trilhas de mato fechado, chega-se a esse filete de água límpida, apenas um dentre vários outros localizados no Parque Saint Hilaire, em Viamão. Aos poucos, eles vão adensando em sua trajetória natural para desaguar na represa Lomba do Sabão, ainda dentro do Parque. Paradisiaca, essa imagem se opõe à cena na qual se transformará mais adiante: o turvo Arroio Dilúvio, que anualmente recebe 50 mil metros cúbicos de terra e lixo, o que equivale a dez mil caminhões-caçamba cheios.

Longe de ser um exemplo isolado, a bacia hidrográfica do Lago Guaíba, destino final do Arroio Dilúvio, abrangendo municípios como Canoas, Guaíba, Porto Alegre, Tapes, Triunfo e Viamão, tem 46% de suas águas altamente poluídas. Devido a esse quadro, elas são destinadas exclusivamente para navegação e “harmonia paisagística”, conforme a classificação de uso, definida pela Resolução n.º 357/05 do Conselho Na-

cional do Meio Ambiente (Conama). As bacias do Gravataí, Sinos e Caí também são referência negativa quando o assunto é poluição ambiental e retratam a difícil tarefa de gestão das águas no Rio Grande do Sul.

Independentemente das tentativas de explicar cenários de agressão ambiental como o do Arroio Dilúvio, o fato é que estamos longe de fazer o gerenciamento efetivo de nossas bacias. “O setor mais prejudicado em função dessa inércia é a população”, ressalta o presidente do Comitê da Bacia Gravataí, Paulo Robson da Silva Samuel. Por outro lado, além da insuficiente rede de saneamento, a falta de políticas de educação que busquem inibir o despejo de toda sorte de detritos nos ambientes urbanos, assim como a inexistência de fiscalização nos mais diferentes níveis, são fatores que contribuem para o convívio com águas deploráveis como as dos arroios urbanos, que no caso de Porto Alegre deixam distantes na memória os banhos nas águas do Guaíba de décadas passadas.

Estagnados

no pioneirismo

Uma semana antes do Natal, os presidentes dos 25 comitês de bacia do estado receberam para avaliação o texto do Projeto de Lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos (DRH), vinculado à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). Com aprovação prevista para março deste ano, de acordo com o diretor do DRH, Marco Mendonça, o documento chega com quase 20 anos de atraso, pois sua criação deveria ter ocorrido um ano após a promulgação da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, quando foi instituído o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Ao editar tal norma, o Rio Grande do Sul destacou-se por seu pioneirismo, servindo de modelo para o desenvolvimento da Política Nacional de Recursos Hídricos, com a publicação da Lei das Águas, em 1997, inspirada na legislação gaúcha.

Propondo-se a um gerenciamento descentralizado, a Lei nº 10.350 previa a “participação comunitária por meio da criação de Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, congregando usuários de água, representantes políticos e de entidades atuantes na respectiva bacia”. Além dos comitês, integram o Sistema: o Conselho de Recursos Hídricos e as Agências de Região Hidrográfica – ao primeiro, presidido pelo secretário de Meio Ambiente, são encaminhadas todas as demandas e os posicionamentos dos comitês; o segundo é encarregado de prestar apoio técnico a esses órgãos. Porém, mesmo sendo instância fundamental para a elaboração de proposições relativas ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, até hoje não foram criadas as agências, o que tem obrigado o governo a contratar empresas privadas para prestarem esse serviço.

Agências inexistentes – “Esse é um dos problemas mais sérios que temos”, critica a presidente do Comitê da Bacia do Lago Guaíba, Teresinha Guerra, representante da UFRGS no órgão. A avaliação da professora é unânime entre lideranças de outros comitês de bacia. Para eles, a inexistência dessas agências simboliza mais um atraso no propósito de “impedir a degradação e promover a melhoria da qualidade e o aumento da capacidade de suprimento dos corpos de água superficiais e subterrâneos, a fim de que as

atividades humanas se processem em um contexto de desenvolvimento socioeconômico que assegure a disponibilidade dos recursos hídricos aos seus usuários atuais e às gerações futuras em padrões quantitativa e qualitativamente adequados”, conforme especifica a seção dos objetivos e princípios da legislação estadual. Marco Mendonça também reconhece a estagnação do Rio Grande do Sul na gestão de seus mananciais, mas atribui a outros fatores a situação do estado nesse setor.

Recursos humanos – Falta de pessoal, repete Mendonça para explicar a incapacidade do estado de administrar questões como a contratação de convênios para os repasses de verba de manutenção aos comitês, pois, como órgãos de estado, eles necessitam de uma delegatária (figura jurídica) para captar ou receber recursos. Segundo ele, essa situação tende a se regularizar, já que o governo estadual liberou a contratação de pessoal administrativo. “Teve esse passivo que é real, mas a gente vai normalizar todos eles”, projeta. Mendonça calcula que, dos 25 comitês, apenas 14 têm convênios em atividade. Mas mesmo aqueles que estão aptos a receber a verba de manutenção não estavam recebendo esse valor. O presidente do Comitê da Bacia do Gravataí, Paulo Robinson da Silva Samuel, diz que há seis anos esses recursos não eram repassados pelo governo: “Finalmente recebemos neste ano [2013]”.

Desde a sua criação, no início dos anos 2000, a SEMA nunca realizou concurso para formar corpo técnico, continua o gestor. Quando assumiu a direção do DRH, há cerca de dois anos, havia apenas seis funcionários no setor. Foi necessário fazer uma contratação emergencial para 21 vagas. De acordo com o diretor, será realizado no início de 2014 um concurso para 48 novas vagas, criando funções inexistentes no quadro, como geólogos e hidrólogos, anteriormente ocupadas por funcionários terceirizados e em número insuficiente. A previsão é de que, assim que assumirem os concursados, em cada balcão de licenciamento da SEMA nos municípios de Tramandaí, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Rosa, Santa Maria, Alegrete e Pelotas, haja um geólogo para atender às questões

das águas subterrâneas e um engenheiro para as águas superficiais.

Outorga – Se a falta de pessoal no âmbito administrativo torna ainda mais lenta a máquina do estado, a inexistência de geólogos repercute diretamente no controle do uso dos mananciais. Conforme cadastro do DRH, existem atualmente no estado 14 mil empresas públicas e privadas que retiram água dos rios; desses, dois mil referem-se ao uso de águas subterrâneas, ou seja, aquelas retiradas dos mananciais submersos. “Mas se me perguntares quantos poços existem, eu não saberia precisar; certamente são mais de 100 mil”, revela Marco Mendonça, acrescentando que isso ocorre porque há um imenso número de empresas que perfuram sem outorga.

Pedro Antônio Reginato, professor do departamento de Hidromecânica e Hidrologia do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, é representante da Universidade no Comitê de Bacia do Rio Caí e é especialista em águas subterrâneas. Segundo ele, esse tema não é abordado nos comitês: “O pessoal se preocupa com a água superficial e só se lembra da subterrânea quando ocorrem períodos de estiagem ou outras situações mais graves”, observa. Na opinião do professor, seriam necessários trabalhos permanentes de monitoramento de reservas de aquíferos para garantir um gerenciamento mais consequente: “Hoje se dá outorga sem saber a quantidade de água disponível. Falta fiscalização”, reclama.

Nesse clima de ‘pode tudo’, a outorga acaba assumindo um caráter meramente cartorial, conforme classifica o próprio diretor do DRH, ou seja, não há garantia de que a água, cuja retirada está sendo autorizada, exista efetivamente. Assim, em bacias como as dos rios do Sinos, do Gravataí e do Santa Maria, já não é mais concedida essa permissão: “A outorga cartorial é como um cheque em branco que eu saio distribuindo”, admite Mendonça. Por sua vez, Reginato reconhece que mesmo na Universidade não existem muitos estudos sobre o volume de água subterrânea no estado. O que considera primordial: “Não adianta a gente dar outorga se não soubermos o volume de água existente”, reitera.

Comitês carecem de apoio técnico

Durante enquête feita junto aos 25 Comitês de Bacia do estado, o repórter Murilo Zardo ouviu inúmeras vezes o mesmo comentário: “Teríamos o máximo prazer em ter um representante da UFRGS”. Auxiliando na produção do CAJU deste mês, ele procurava saber em quantos comitês a Universidade mantinha representação com professores ou técnicos. Foi contabilizada a participação oficial nas bacias do Lago Guaíba e dos rios Caí, Tramandaí e Quaraí, além de atuação indireta nos rios Gravataí e Sinos. A receptividade imediata demonstra o quanto esses órgãos de estado estão carentes de apoio técnico para avaliar e dar encaminhamento a problemas como o uso e a qualidade dos recursos hídricos sob sua responsabilidade – situação potencializada pela já mencionada inexistência de agências de águas no estado.

É antiga a colaboração da Universidade em questões referentes ao gerenciamento dos mananciais de água no Rio Grande do Sul. O professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), Fernando Setembrino Cruz Meirelles, informa que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí foi criado dentro de um projeto financiado pela União Europeia, com a participação transnacional da Diretoria Nacional de Hidrografia do Uruguai e do IPH. O acordo de cooperação para o aproveitamento dos

recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí foi assinado em 1991, sete anos depois, consolidando o comitê por meio da promulgação do regimento interno do comitê de coordenação local da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia.

A Bacia do Quaraí situa-se a oeste-sudoeste do estado, abrangendo municípios como Barra do Quaraí, Quaraí, Santana do Livramento e Uruguaiana. Os principais cursos de água são os arroios Moirões, Sarandi, Quaraí-mirim, Garupa, Capivari e o Rio Quaraí. O uso de água nessa bacia tem como destino principal a irrigação. Os maiores problemas estão relacionados à insuficiência hídrica nos meses de menor disponibilidade, principalmente no verão, e às grandes demandas para irrigação de arroz. Quando essas questões precisam ser levadas ao Conselho Estadual de Bacias Hidrográficas, Meirelles é encarregado dessa missão, pois mora em Porto Alegre, enquanto os demais membros residem na região da bacia, a 600 km da capital.

No dia 15 de fevereiro deste ano, o Comitê de Bacia do Rio Gravataí completa 25 anos, celebrando o fato de ter sido o único a ter concluído seu Plano de Bacia, cujos dados contribuíram para a elaboração da Lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos a ser votada,

provavelmente, em março do ano corrente. De acordo com o presidente do comitê, o engenheiro Paulo Robinson da Silva Santos, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e assessor técnico do setor de Assessoria de Gestão Ambiental (AGA) da UFRGS, uma das metas principais do planejamento é a recuperação da qualidade das águas da bacia, especialmente na área que se estende do arroio Demétrio até a foz do rio Gravataí, que hoje é classe 4, destinada apenas à navegação: “A população definiu que quer chegar à classe 2”, informa o dirigente. Entre outros aspectos favoráveis, a classificação 2 permite o abastecimento para consumo humano, garante proteção às comunidades aquáticas e recreação de contato primário, como natação, esqui aquático e mergulho.

Paulo atribui tanto ao apoio da Universidade em liberá-lo para atuar junto ao comitê quanto ao custeio da ABES para os deslocamentos no estado e as viagens a Brasília – ele também é vice-presidente do Fórum Gaúcho de Comitê de Bacia – a possibilidade de realizar um trabalho permanente nas mais variadas frentes nas quais é preciso defender os interesses das bacias. Ele lamenta a inexistência das agências não só por questões técnicas,

mas porque, em função dessa falta, o comitê acaba se responsabilizando por funções que não lhe competem. Uma dessas tarefas, diz o presidente, é a articulação com os setores da agricultura e com a Corsan: “Temos de conversar com a indústria para que ela proponha boas ações de reutilização e tratamento da água”, exemplifica.

Teresinha Guerra é geóloga e professora no Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da UFRGS. Até dezembro, presidiu o Comitê de Bacia do Lago Guaíba, o mais importante do Rio Grande do Sul. Assim como o Comitê do Gravataí, o do Lago é fruto da mobilização popular em prol da recuperação da qualidade das águas dos mananciais para uso e consumo, e sua criação é anterior à promulgação da Lei nº 10.350/1994. Antes de ocupar o cargo de presidente, Teresinha já atuava no grupo e com base em sua experiência é que critica a demora do estado em designar seus representantes para integrarem o comitê e mesmo estimulá-los a participarem das reuniões. Aldo Ghisolfi, secretário executivo da Bacia do Rio da Várzea, concorda com ela: “Um dos entraves para o bom funcionamento dos comitês é justamente a ausência do estado”, aproveita para comentar com o repórter do JU durante a enquête referida no início da matéria.





À esquerda, o traçado do Arroio Dilúvio, que integra a Bacia do Lago Guaíba. Acima, a régua que mede o nível das águas na estação da Corsan, situada no rio Gravataí. As fotos aéreas desta reportagem foram produzidas graças ao apoio do Aero Clube de Eldorado do Sul.

Estado deixa de arrecadar

O fato de não terem sido criadas as Agências de Região Hidrográfica para cada uma das três regiões hidrográficas do estado (Gravataí, Litoral e Uruguai) tem outras implicações que não apenas os aspectos técnicos e a inexistência de pessoal qualificado nesse setor para prestar assessoria em estudos e diagnósticos. “Como não existe agência, não há cobrança”, admite Marco Mendonça. Ele se refere ao artigo 20 da Lei n.º 10.350, segundo o qual cabe também às agências “arrecadar e aplicar os valores correspondentes à cobrança pelo uso da água de acordo com o Plano de cada bacia hidrográfica”. Ou seja, empresas como a Celulose Riograndense, que retira da Bacia do Lago Guaíba o equivalente ao volume retirado pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto para abastecer Porto Alegre, não repassam ao setor público qualquer quantia em dinheiro por isso.

“Nem as companhias de saneamento nem os irrigantes pagam”, acrescenta Paulo Samuel, presidente do Comitê de Bacia do Gravataí. De acordo com os respectivos presidentes de bacia, 88% da água retirada do Gravataí e 85% da retirada do Guaíba vão para a irrigação das lavouras de arroz. “É muito

elevado o uso de água para a agricultura”, encerra Teresinha Guerra. Segundo os dirigentes, quando há cobrança, não há desperdício, porque as empresas ou os agricultores vão passar a retirar somente aquilo que consomem. Citam como exemplo o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), que abrange áreas em 58 municípios do estado de São Paulo e quatro em Minas Gerais. O PCJ foi uma alternativa criada entre os dois estados para, entre outras funções, arrecadar e aplicar recursos em programas ambientais. Paulo Samuel afirma que 90% do valor arrecadado pela PCJ é investido em saneamento e perda d’água.

Ele lembra ainda que a perda de água é outro tendão de Aquiles no gerenciamento hídrico e que não se limita ao estado. Na visão do presidente, no âmbito do consumo doméstico, existem perdas permanentes que não chegam a ser computadas nos hidrômetros residenciais, mas que, somadas a outras formas de perda, como água roubada e extravasamento de reservatórios, chegam a totalizar um montante que varia de 12% a 14% do consumo urbano. “Aí estão computados os vazamentos aparentes e os não aparentes”, acrescenta.

“Este é um problema multidisciplinar, não pode ser visto nem de forma pontual nem por apenas uma área de conhecimento específica”

Alexandra Passuello

Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED/UFRGS

Especialistas na prevenção de desastres

Alexandra Passuello (e) e Cristiane Pauletti (d) fazem parte da equipe de Gestão de Riscos e Desastres da UFRGS



Além de contribuir para os comitês de bacia, enquanto não são criadas as agências de água, que têm como um de seus objetivos a realização de estudos técnicos – ambas instâncias do sistema de recursos hídricos do estado –, as universidades também prestam assessoria em projetos específicos de diferentes segmentos da administração pública. Antigo parceiro da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) da UFRGS foi procurado no início de 2013 para participar da formulação de uma estratégia integrada de prevenção de riscos associados a regimes hidrológicos na bacia Taquari-Antas, que começou a ser desenvolvida em janeiro deste ano. A partir dos resultados de tal estudo, caberá a cada município da região elaborar o seu plano de defesa, baseado na estratégia geral.

De acordo com Alexandra Passuello e Cristiane Pauletti, integrantes da equipe de Gestão de Riscos e Desastres (Grid) do CEPED, departamento diretamente ligado ao projeto, a escolha da bacia para o desenvolvimento desse estudo tem a ver com o fato de se encontrarem na região dois dos municípios gaúchos, entre os 38 do estado, classificados como prioritários pelo governo federal, devido à suscetibilidade a desastres: Estrela e Encantado. Segundo o levantamento oficial divulgado pela Defesa Civil e realizado pelo Serviço Geológico do Brasil, as cheias do rio Taquari penalizam mais de 9,2 mil pessoas em Lajeado e mais de 4,2 mil em Estrela.

Estratégias integradas – Sob a coordenação do CEPED, participam do projeto quatro grupos de pesquisa da Universidade, além do Grid. São mais de 50 pesquisadores envolvidos, procedentes do Laboratório de Geotecnologia (Lageotec), do Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia (Cepsrm), do Laboratório de Geoprocessamento (Labgeo) e do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH). “O desastre é um problema multidisciplinar, não pode ser visto nem de forma pontual nem por apenas uma área de conhecimento específica”, salienta Alexandra.

Conforme o termo de cooperação, que conta ainda com a participação da Secretaria Nacional de Defesa Civil e do Ministério da Integração Nacional, cada equipe terá funções específicas a desempenhar ao mesmo tempo que atuará de forma conjunta no desenvolvimento de estratégias integradas de prevenção de riscos, cabendo à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e ao Comitê de Bacia do Taquari-Antas a execução do projeto. Joel Avruch Goldenfum, responsável pela parte do trabalho a ser desenvolvido pelo IPH, salienta que: “Esse estudo garante a unificação das estratégias e um trabalho integrado de municípios, governo do estado e defesa civil”.

Previsto para começar em janeiro, o projeto terá a duração de 14 meses, compreendendo sete etapas. Mas “é apenas uma estraté-

gia integrada, não vamos entrar em detalhes”, adverte Goldenfum, e complementa: “Vamos aplicar uma metodologia em um município-piloto [ainda a ser determinado] que servirá como treinamento e exemplo de aplicação, e cada município terá de fazer o seu estudo para adequar esse modelo à sua realidade”. Cristiane também ressalta a importância da metodologia a ser desenvolvida, e chama a atenção para a atuação dos diferentes atores nesse processo, como “o pessoal de bacia, da defesa civil e da administração dos municípios”.

Depois da etapa inicial, na qual serão repensadas as agendas de trabalho, começará o trabalho propriamente, com o levantamento e a integração de dados. Segundo os pesquisadores, embora existam dados a respeito dos recursos hídricos do estado, essas informações encontram-se dispersas, por isso um dos propósitos do projeto é, inclusive, fazer a convergência de todo o conhecimento acumulado a respeito da bacia do Taquari-Antas, que será integrado numa única base de dados georreferenciada.

Dentro dessa mesma expectativa de construir um escopo o mais rico possível de informações, será efetuada uma pesquisa de registros históricos de eventos extremos e de desastres associados, contando, inclusive, com estudos realizados pelo Comitê de Bacia do Taquari-Antas. Nessa fase, serão realizadas pesquisas de campo para coleta e verificação de dados nos pontos considerados mais importantes em termos de risco. Em paralelo, será dada especial atenção às formas de ocupação praticadas na região, às estratégias de prevenção e adaptação já implantadas e, na medida do possível, à percepção da comunidade envolvida.

Na fase seguinte, de análise de cenários e de resultados de intervenções, serão realizados estudos como padrões de chuva, dinâmica de funcionamento hidrológico e repercussão na estabilidade de encostas. Também serão elaborados mapas de suscetibilidade e vulnerabilidade potencial a desastres, sob o ponto de vista regional. Serão eleitas três situações prioritárias para estudo mais aprofundado e geração de modelos de inundação para análise. Todos os trabalhos serão realizados a partir de bases georreferenciadas, que possibilitam análises complexas das informações obtidas sobre determinado local, empreendimento ou fenômeno climático.

Teoricamente, outros municípios poderão se valer da experiência do município-piloto da bacia do Taquari-Antas para pensar suas estratégias integradas de prevenção de riscos, entretanto, não existe pessoal preparado em órgãos tanto municipais quanto estaduais para dar conta de trabalhar nesses projetos, o que representa um grande problema, por isso as universidades são tão demandadas. Nesse sentido, Alexandra comenta: “Falta capacitação das equipes dos gestores, e nós temos a intenção de colaborar nesse aspecto. Vamos pensar uma forma para transferir conhecimento, capacitando essas pessoas”.